



UNILAB

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA**

PRO-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO-SENSU

TEREZINHA MARTINS NOGUEIRA OLIVEIRA

**AS CORES DE REDENÇÃO COMO AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO
FUNDAMENTAL.**

Redenção,

Março de 2014.

TEREZINHA MARTINS NOGUEIRA OLIVEIRA

**AS CORES DE REDENÇÃO COMO AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO
FUNDAMENTAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do certificado de Especialista em Histórias e Culturas Afro-brasileira, Indígena e Africana, da Universidade da Integração internacional da lusofonia afro-brasileira.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Vera Regina Rodrigues da Silva.

**Redenção,
Março de 2014.**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da UNILAB (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade
Catálogo na fonte
Bibliotecário: Francisco das Chagas M. de Queiroz – CRB-3 / 1170

O45a Oliveira, Terezinha Martins Nogueira.

As cores de Redenção como ações afirmativas no ensino fundamental. / Terezinha Martins Nogueira Oliveira. Redenção, 2014.

69 f.; 30 cm.

Monografia do curso de Especialização em Histórias e Culturas Afro-Brasileira, Indígena e Africana da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Vera Regina Rodrigues da Silva.
Incluem Lista de Figuras, Lista de Tabelas e Referências.

1. Raça negra 2. Relações raciais. 3. Programas de ação afirmativa I. Título.

CDD 223

TEREZINHA MARTINS NOGUEIRA OLIVEIRA

**AS CORES DE REDENÇÃO COMO AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO
FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Histórias e Culturas Afro-brasileira, Indígena e Africana, da Universidade da Integração internacional da lusofonia afro-brasileira, para obtenção do título de Especialista.

Aprovada em ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dra. Vera Regina Rodrigues da Silva (orientadora).

Universidade da Integração internacional da lusofonia afro-brasileira (UNILAB).

Prof^ª Dra^a Rebeca de Alcântara e Silva Meijer

Universidade da Integração internacional da lusofonia afro-brasileira (UNILAB).

Prof. Dr. Carlos Subuhana

Universidade da Integração internacional da lusofonia afro-brasileira (UNILAB).

Dedico este trabalho primeiramente a Deus que me deu forças para tudo. Aos meus pais, filhos e colegas que sempre me motivaram, a nunca desistir e persistir mesmo nas dificuldades. A minha orientadora que pacientemente me ajudou a vencer as barreiras e consolidar este trabalho.

AGRADECIMENTO

Quero agradecer a Deus pela vida, persistência e coragem de lutar pelos meus ideais, com serenidade e paciência, vencendo os obstáculos e construindo a vida como criatura de Deus.

Ao meu esposo que comigo enfrentou corajosamente as dificuldades e superações no percurso da minha caminhada a vitória.

Aos meus filhos que sempre abriram mão da minha presença para que eu pudesse trilhar meu caminho de forma mais confortável e prazerosa.

... A violência é sempre e de qualquer forma uma mentira, porque se opõe a verdade da nossa humanidade e à verdade de nossos princípios espirituais e mais profundos. A violência destrói o que ambiciona defender: a dignidade, a vida e a liberdade dos seres humanos. Por isso é indispensável promover uma grande ação educadora das consciências que forme a todos, sobretudo as novas gerações.

(João Paulo II)

RESUMO

O presente vem por parte relatar a história do negro na sociedade brasileira, e todo o seu esforço pela efetivação de sua liberdade, fato que sendo mediada nos dias atuais sob o entorno da Lei 10.639/03, que traz como resolução a obrigatoriedade do estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo da educação básica. Neste trabalho faço menção à importância das Políticas Públicas, pensada numa concepção positiva, no sentido de sistematizar e analisar indicadores que revelam a dimensão das desigualdades raciais no Brasil. Partindo do princípio, de que precisamos nos comprometer com o projeto de construção de um país democrático e com oportunidades para todos, apresento neste trabalho o projeto “As Cores de Redenção”, elaborado e implantado nas escolas do município no ano de 2009. E como desencadeamento deste projeto, descrevo minha prática em sala de aula, o mesmo tem o objetivo de romper com o modelo eurocêntrico no ensino, e contribuir para uma educação multicultural na escola.

PALAVRAS-CHAVES: Negro, Políticas Públicas, Desigualdade Racial, Discriminação.

ABSTRACT

This report comes from the history of blacks in Brazilian society , and all his efforts for the realization of his freedom , a fact that nowadays being mediated in the surroundings of Law 10.639/03 , which brings as a resolution mandating the study of history and Afro - Brazilian and African in the basic education curriculum. In this work I mention the importance of public policies, designed in a positive conception, in order to systematize and analyze data that reveal the extent of racial inequality in Brazil. Assuming, that we need to commit to the project of building a democratic society with opportunities for all, in this paper I present the project “The Colors of Redemption”, designed and implemented in schools in the municipality in 2009. And how triggering this project, I describe my practice in the classroom; it aims to break with the Eurocentric model in teaching, and contribute to a multicultural education in school.

KEYWORDS: Black, Public , Racial Inequality , Discrimination Policies .

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Escola Padre Saraiva Leão.	31
Figura 2: Monumento da liberdade.	32
Figura 3: alunos fazendo demonstração de nossa diversidade.	51
Figura 4: Representação de um conto africano, bonequinha preta.	53
Figura 5: Representação dos escravos de ganho ou aluguel.	55
Figura 6: Capoeira, dança dos escravos, Cartaz, representação da lei, uma semente lançada ao solo brasileiro.	57
Figura 7: O negro, presença marcante no Brasil.	57
Figura 8: Dança.	58
Figura 9: Representação de nossos heróis negros.	60

LISTA DE TABELAS

**Tabela 01: IDEB 2005/ 2007/2009 e projeção
para a rede municipal – Redenção**

33

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
I.BRASIL:	16
1.ESCRAVIZAÇÃO E GRITO POR LIBERDADE.	16
1.1 . A luta dos negros pela busca de seus direitos	
1.2. Os conflitos que perduraram no decorrer da luta pela liberdade	
2. HISTÓRIA DE RACISMO E ESCRAVIDÃO NO CEARÁ	24
2.1 um olhar dos grupos de resistência a escravidão	
3. HISTÓRIA E MEMORIA DE REDENÇÃO	29
3.1. Sua formação e idealização de liberdade aos negros	
II . POLÍTICAS SOCIAIS NUMA VISÃO EQUITATIVA	39
4. AS AÇÕES AFIRMATIVAS	39
5. LEI 10.639/03	45
6. O PROJETO AS CORES DE REDENÇÃO	49
III A EXPERIÊNCIA VIVIDA EM SALA DE AULA	51
7. A ESCOLA COMO ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DE PRÁTICA E RESPEITO À IGUALDADE	51
8. O CURSO DE FORMAÇÃO NA UNILAB	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	69

INTRODUÇÃO

Conhecer para entender, respeitar e aceitar a diversidade como elemento positivo na história brasileira, foi um dos motivos pelo qual ingressei no curso de especialização em Culturas e História Afro-Brasileira, Indígena na UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira). Meu objetivo era obter conhecimentos, para dar significância a história Africana no contexto da história do Brasil, e no mais, fortalecer o projeto as cores de Redenção, criado no Município no ano de 2009, tendo referência a formação de professores, para que eles colaborassem, enquanto sujeitos da história, da resolução de um determinado problema social que afeta a população brasileira, a exclusão do negro , na formação da sociedade brasileira.

A questão da discriminação não é um problema só do Brasil, ela afeta muitas outras nações, e como não podemos esquecer mesmo em nível regional, a cidade de Redenção também já foi palco deste lamentável incidente, penso enquanto educadora, que precisamos começar a combater o preconceito racial na sala de aula, o espaço onde se constrói expressões culturais de várias sociedades, necessita esta aberto ao diálogo e apresentar com dinamismo, o discurso da diversidade racial de maneira que eles se sintam abertos a debater e aceitar o outro sem fazer distinção de cores e raças.

Nesse sentido, posso afirmar que o curso foi de grandiosa fundamentação para minha formação enquanto professora. Durante o período de estudo, pude observar que apesar de o Brasil, possuir em sua historia, a presença de vários povos Africanos, nunca tivemos a compreensão e consciência de atitudes discriminatórias que envolvessem a humanidade e mais precisamente, a população negra, para nós a construção de conceitos pejorativos para com alguém, era algo comum entre pessoas, que de certa forma estavam submissas à outra.

Com a lei 10.639/03, iniciou-se no Brasil a busca por significados e ações concretas, para obtermos o reconhecimento dos Afrodescendentes na construção da cultura brasileira, ela também tem como objeto anular o efeito da discriminação e possibilitar um encontro com os valores que permitem uma convivência de respeito e admiração entre os povos que desejam viver o gozo do exercício da igualdade em qualquer outro domínio da vida, seja na escola, no clube, ou na igreja, que sua origem nacional não seja motivo de desprezo para nenhum cidadão.

Para Colier,(MUNDO JOVEM 2012), somos criadores do mundo que viveremos amanhã. ‘ É isso que a lei 10.639/03 nos permite realizar, formar cidadãos, estabelecendo determinados direitos, destinados a cada um, de modo que todos tenham

acesso ao progresso, reservado para cada um, sem fazer distinção de raça, sexo, idade, ou opção religiosa.

Ao desenvolver este trabalho, descrevo no primeiro capítulo a presença do negro no Brasil, que de fato por muito tempo ocupou posições de subalternidade na sociedade brasileira, como significaram os porões de navios, senzalas, trabalho escravo e pelourinhos pelo país afora. Podemos perceber também que durante o percurso da história, os desmandos de perversidade impostos às pessoas que muito contribuíam para o crescimento do País, eram injustos e incompreensíveis. Também deixo neste trabalho a luta de homens e mulheres negros, guerreiros que mesmo submissos ao chicote do senhor, jamais deixaram de se manifestar pela busca de sua liberdade, uma formação que não lhes foi dada pela educação formal e sim pelo sofrimento que os obrigavam a sair do papel de vítima e passar a serem donos de si. Como já diz Santos (MUNDO JOVEM 2011) “Temos o direito de ser iguais quando as diferenças nos inferiorizam. Temos o direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza.”

Tendo como referência todas as informações sobre o preconceito ao negro, relato neste trabalho um pouco sobre a história do Ceará escravo, e sobre as lutas dos grupos negros contra a postura radical a que eles eram submetidos. Para que conseguissem obter êxito, os mesmos tiveram que transgredir algumas leis que os oprimiam, e se firmarem em um único objetivo, a busca pela liberdade.

A invisibilidade da diversidade no Brasil foi por muito tempo, internalizada dentro de cada um. Foi necessário muita luta cotidiana protagonizadas pelas organizações negras, debates intelectuais e políticos que recuperassem o caráter humano da população negra, o qual foi negado durante o processo escravista e mesmo pós-abolicionista. E para que as mudanças referentes ao ponto inicial da discriminação tomasse o rumo que chegamos nos dias atuais, a população negra, a maior vítima do racismo se predispôs a lutar para afirmar seus direitos de acesso a cidadania e inclusão social, isso sem abrir mão da sua historicidade e origens africanas e afro-brasileiras.

No segundo capítulo, faço menção às ações afirmativas, as quais completam uma década de aplicação no país e que a cada dia vem ganhando força, com abordagem de outras leis, e ganhando significados concretos em diversas partes do país, e até em pequenos municípios, como em Redenção, o primeiro na história do Brasil a libertar seus escravizados, um gesto que vem eliminando uma versão exclusivista de alguns grupos sociais e por sua vez incluindo outros grupos nas políticas públicas que garantem

a todos os mesmos direitos enquanto cidadãos, caminhando numa perspectiva de construir uma sociedade mais justa e digna para todos.

Ainda nesse capítulo exponho a importância da lei 10.639/03, na fundamentação da igualdade entre as nações. Essa institui a igualdade não como uma atitude eventual, mas exige exatamente aquilo que os negros aspiram há muito tempo, um país sem desigualdade racial, onde cada um ocupe seu espaço, respeitando as diferenças e permitindo permitam que a inclusão social dessas pessoas ocorra de forma que todos almeje uma sociedade mais justa e igualitária.

Observando a forma determinista de uma comunidade para solucionar os problemas por eles vivenciados, é que podemos dizer que esta deseja colocar em evidência o direito do outro enquanto pessoas, digna e de real valor na sociedade. No terceiro capítulo, comento sobre a história de Redenção, o primeiro município do Brasil a libertar seus escravos e, que hoje compartilha com toda a presença de uma universidade que recebem alunos de diversas etnias, e que muito vem compartilhando com o município no cumprimento da lei 10.639/03, que por si só impõe e fortalece as ações de lutas do movimento negro, que desde muito tempo busca a igualdade e se coloca contra o racismo.

A exemplo de se fazer cumprir a lei 10.639, o município criou o projeto, As cores de Redenção, esse vem sendo desenvolvido nas escolas do município. Descrevo minha prática na sala de aula, um trabalho pautado na luta por direitos de um grupo de pessoas que há muito tempo teve sua vida privada dos direitos sociais. Nesse trabalho se destaca toda a comunidade escolar, no sentido de tentar resolver os conflitos vividos na escola em relação ao histórico de discriminação entre os diferentes grupos sociais brasileiros. Também enfatizo alguns registros dos trabalhos realizados com os alunos, que a cada dia vem se apropriando da temática em estudo e desenvolvendo um senso crítico sobre o assunto.

I. BRASIL:

1. ESCRAVIZAÇÃO E GRITO POR LIBERDADE

Ao longo de sua história, o Brasil desenvolveu um modelo de vida excludente, que deixava milhões de pessoas fora da escola, o que acabou por gerar grupos sociais com padrões inferiores quase que esquecidos na organização das políticas públicas. Para se garantir o direito de inclusão de todos à educação é preciso criar ações inovadoras, como por exemplo, oferecer a população brasileira educação de qualidade com mesmos direitos para todos, fortalecer as políticas de ações afirmativas que, valorizem a riqueza de nossa diversidade étnico-racial, e no mais, é necessário mobilizar toda a sociedade de maneira que todos contribuam para a prática e valores dos sistemas de ensino.

A nossa história já começou marcada pela colonização, e enquanto povos colonizados fomos obrigados a viver como assimilados, agregados a uma cultura que não era nossa. A sentença de sermos dependentes de Portugal nos levou a aceitar e explorarmos outras pessoas na medida de tratarmos como escravos, seres marcados pela sua cor e que segundo nossos governantes eram incapazes de lutar e construir sua própria história, cabendo-lhes apenas a submissão da escravidão.

Segundo Rodrigues (2010), as políticas no Brasil, possuem um histórico complexo que abrange desde sua elaboração até sua aplicação prática. Como por exemplo, em Bacelar *apud* (2003) Rodrigues, o período que abrange 1920 e 1980, se caracterizou em estado desenvolvimentista, conservador, centralizado e autoritário, cujo objetivo maior estava concentrado no processo industrial. Podemos observar que essa não era um governo preocupado com políticas sociais, que gerasse igualdade, esses deixavam as políticas de cunho social por conta da previdência, educação saúde saneamento básico etc.

Para Rodrigues (*idem*) o movimento negro vem se destacando na luta por cidadania, na perspectiva de superar a desigualdade sociorracial. De acordo com Dagnino *apud* Rodrigues, essa luta comporta a dimensão de estratégias políticas, justamente por expressar interesse, desejos e aspirações de parte da sociedade, obrigando assim projetos diferenciados em seu interior, tem-se na experiência dos movimentos sociais dos anos de 1990 uma experiência concreta dessa dimensão. Ele também fala de uma cidadania, onde o negro e o pobre sejam o protagonista, por fazer

valer a organização de políticas públicas de promoção à igualdade racial, desencadeadas na constituição de 1888, o que significa o fortalecimento da democratização do país.

Por muito tempo o Brasil ignorou a presença do negro em nossa sociedade, o que implicou o crescimento desordenado do preconceito racial. Durante o século XIX o negro foi o centro do sistema produtivo do Brasil colônia. Nesse período a força de trabalho era determinada por funções diferentes, uns exerciam trabalhos domésticos e outros ficavam a disposição do mercado para a venda de serviços, a exemplo o negro de ganho, enquanto os demais cativos eram levados para a lavouras para realizarem trabalhos braçais. Além dos demais havia outros segmentos de mão-de-obra escrava mais qualificada como a classe dos artesãos, prestadores de serviços e trabalhadores adaptados a serviços indústrias.

Podemos perceber que até os meados do século XIX as cidades brasileiras se caracterizavam por possuir um grande numero de negros. Historicamente Recife foi o principal escoadouro da economia açucareira do nordeste, além de Salvador como herdeira de primeira capital do Brasil, em 1763 se mantem em primeiro lugar em possuir uma grande concentração de população negra, e hoje Salvador é considerada uma das cidades mais africanas do Brasil fato que lhe confere a capital dos baianos, uma cultura singular e grandemente atreladas às raízes africanas (MATTOSO, 1978).

Na primeira década do século XIX, a população brasileira era de mais ou menos de três milhões de habitantes, sendo que destes 1,6 eram de escravos além de 400 mil negros e “mulatos¹” libertos que viviam em áreas rurais realizando trabalhos agrícolas e pecuária de subsistência. A abolição do tráfico de escravos no Brasil foi um dos fatores que contribui para a transição do trabalho livre, porém a resistência dos escravizados foi superior a qualquer lei já criada no Brasil já que essa não se fazia cumprir. Eram várias as formas de resistências, individuais coletivas planejadas e muitas vezes disfarçadas numa aparente acomodação ao cativo, como exemplo a realização de rituais associando os orixás africanos aos santos católicos como uma forma de evitar a perseguição da igreja e conservarem as suas tradições.

A fuga foi à forma de resistência mais significativa onde deles se organizavam mocambos ou quilombos. No Brasil o Quilombo dos Palmares foi o mais conhecido e depois de resistir por Década às varias expedições enviadas para destruí-los, foi derrubado em 1694, sendo que ano seguinte o líder Zumbi dos Palmares foi morto e

¹ Expressão não mais em uso por se referir a animais inférteis.

teve sua cabeça exposta em uma praça pública em Olinda (BRAICK, 2001) Outro fator fundamental que contribuiu para a idealização do fim da escravidão foi a criação da lei do ventre livre, de 1871 além dos movimentos progressista republicano que lutavam pela abolição.

Efetivamente, foi após a abolição que o racismo se perpetua no Brasil, tendo por base as falsas ideias de inferioridade do negro e sua incapacidade de promover o desenvolvimento de uma nação que idealizava um novo país, o qual era pensado somente com a escalada do homem branco como classe superior. Estes pensamentos racistas estiveram presentes na base de formulações das políticas que contribuíram efetivamente para o aprofundamento das desigualdades no país. E foi assim dentro desse contexto de discriminação que surge a ideia de substituir a mão-de-obra escrava por imigrantes que chegavam com o sonho de enriquecer, o que causou um grande problema aos escravos libertos. Assim ressalta Hasenbalg 1979 *apud* Theodoro acerca da política de imigração adotada no Brasil:

Impregnados como estava de matriz racista, essa política resultou não apenas na marginalização de negros e mulatos no sudeste, mas também reforçou o padrão de distribuição regional entre brancos e não negros que se desenvolveu durante o regime escravista, como consequência uma maioria da população não negra permaneceu fora do sudeste, na região economicamente mais atrasada do país, onde as oportunidades educacional e ocupacional eram muito limitadas. (HASENBALG, 1979, p.167)

Assim, em 1874 a substituição do trabalho escravo por imigrantes ganhou força. No nordeste esse acontecimento teve início a partir de 1850, os trabalhadores nacionais livres ou libertos foram incorporados para preencher os espaços deixados pelos escravos levados para a região sul. A incorporação de imigrantes e a libertação dos escravos deveria ter representado uma grande vitória para o povo brasileiro, na verdade ela representou apenas uma troca de africanos pelo europeu, não o fim da mentalidade escravista.

Bastava olharmos para as fazendas de cafezais para percebermos que o trabalho realizados com os imigrantes eram realizado em situações precárias, porém diferiam das que eram reservadas aos escravos negros ,que residiam em senzalas, moradias térreas e de forma retangular , sofriam castigos físicos e eram perseguidos, por desejarem ser livres. Hoje pode até não existir as mesmas formas de escravidão do século XIX, mas as desigualdades continuam imersas e a pobreza cresce a cada dia na medida de gerar preconceito, discriminação, violência e concorrência desenfreada que atropela a todos.

A chegada dos imigrantes no Brasil foi polêmica, estes recém-chegados obtiveram direitos que aos negros foram negados, o que acabou por gerar mais desigualdade no país.

Com a chegada dos imigrantes, os escravos ficaram alheios dispersos e enfrentaram muitas dificuldades de encontrar trabalhos, já que esses só sabiam realizar feitos braçais e não estavam preparados para enfrentar o mercado de trabalho e nem tiveram oportunidades de se profissionalizar, acabando por ficarem nas propriedades rurais sobre regime de assalariados, parceiros ou meeiros. Isso significa afirmar que a abolição no Brasil não foi significativa, pelo contrario ela fomentou a exclusão dos libertos, e a substituição destes pelos imigrantes.

Na pratica, a vinda dos imigrantes para o Brasil só favoreceu aos proprietários, pois esses eram ressarcidos pelos gastos com os mesmos. Na verdade os imigrantes representavam para o Brasil um instrumento de mão de obra, uma arma para a consolidação de uma visão eurocêntrica, onde o negro tinha pouco ou nenhum espaço ,como no mais reafirmar a ideia do embranquecimento da população brasileira.

A abolição da escravidão garantiu aos negros uma política de igualdade civil em relação aos outros, no entanto, a realidade é que esses direitos de inclusão foram restritos. A exemplo disso, foi a negação da terra a homens livres e pobres, quanto no mais esses não tiveram a instrução garantidos pelas políticas públicas e já no mercado de trabalho, a entrada dos imigrantes europeus deslocou a população negra para a colocações subalternas, ou seja , para os ex-escravos, ser livre não teve tanta significância ,já que muitos deles ficaram jogados a própria sorte e não tiveram direitos a instruções para se qualificar para o mercado de trabalho. No entanto Hasenbalg (1979) *apud* Theodoro, sustenta que os imigrantes, exceções, tampouco dispunham de qualificação profissional especializada. O que nos leva perceber um preconceito racista que despreza o negro em relação ao branco.

O racismo sobre o negro se fortaleceu após a abolição e vem se propagando até hoje pelo país. Nos anos 30 ele foi substituído pela ideologia de democracia racial, pautado na valorização da mestiçagem como a espécie ideal para branqueamento do país.

Somente nas ultimas décadas do século XX, quando ocorreu a denuncia de discriminação feita pelo movimento negro é que se realizou uma analise dessa pratica, não só no campo da pobreza, mas também voltada para as ações discriminatória.

Mesmo assim esta discriminação não terminou com a abolição, ela continuou se perpetuando.

O período da abolição no Brasil coincidiu com o nascimento da República, os dois com o mesmo ideal de promover a igualdade entre os povos estimulando a luta pelos direitos individuais, porém essas políticas de igualdade foi fundamentada para muitos numa hierarquia de dominação. E por esse motivo a República não foi capaz de promover ações em defesa da população negra, pelo contrário ela permitiu a naturalização de desigualdade racial, onde raças não se separariam pelo direito de propriedade, religião, história ou cultura, e sim, pela desigualdade natural, no sentido de que somente o homem branco seria capaz de realizar os ideais de um país que sonha com o progresso.

Assim no Ano de 1930 começa a desaparecer os discursos racistas no Brasil, de forma a destacar positiva a mestiçagem e afirmar a formação de um povo, como produto de diferentes raças, isso fez o Brasil acreditar que aqui não haveria os problemas raciais existentes em outros países. Dessa maneira surge no Brasil um novo conceito de raça e desigualdade entre grupos da população, dessa vez o processo de discriminação nasce numa dimensão cultural e social.

Foi no governo dos militares 1970, que o ministro das relações exteriores declara que não há discriminação racial no Brasil, e dessa forma este assunto desaparece dos debates públicos Nacionais. Com a redemocratização do país, o debate sobre preconceito racial se dar no contexto social, mesmo assim os estereótipos e preconceito continuavam no processo de competição, operando um mecanismo de exclusão dos negros nas posições menos privilegiadas, de ordem subalternas. Nesta mesma década, as ações discriminatórias passaram a ser assunto de muitos pesquisadores, preocupados com a desigualdade social observando que dentro desse contexto os negros eram os que menos ascendiam socialmente pela falta de oportunidade já que eles representavam um grande número da mão de obra Nacional.

Hansenbalg e Silva (1992) *apud* Jaccoud, afirmam que há um processo de competição social que se desenvolve por etapas, acumulando desvantagens que impedem a igualdade de chances. A cor, como critério de seleção no mercado de trabalho também varia segundo o perfil de ocupação. Esse me parece um problema sistemático, gerado desde o período colonial. Onde o poder era dos latifundiários, a cidadania era um privilégio dos ricos, e essa história vem se perpetuando ao longo de nosso tempo, a condição de sobrevivência de um sistema sem parceria em que os pobres

e negros ficam sempre a margem, muitas vezes sobrevivendo dos restos alheios sem permissão de ascender socialmente e acabando por ficar sempre em desvantagens em relação aos brancos.

A constituição de 1988 foi marcada por decisão que contemplava a chamada dívida social refletida na desigualdade que assolava a sociedade brasileira. Nesse período, desvelou-se a situação social do negro como uma população desprivilegiada, uma minoria inserida na base da camada social, vivendo com pequenas rendas. Dentro dessa diferença de direito o movimento negro organizou a luta por melhor condição educacional de trabalho e de cidadania, reivindicando a necessidade de se reconhecer o processo de discriminação racial e que se preserve a valorização do patrimônio cultural do negro.

Efetivamente, só em 1980, a população negra teve acesso restrito a educação, saúde e proteção social, conforme nos indica o Boletim Políticas Sociais do IPEA (BRASIL, 2008). Ainda sete anos depois, era observado que uma em cada cinco crianças negras não tinham acesso a escolarização elementar e 63% não tinham acesso à educação média. Com a constituição de 1988, o país buscou manter certa organização no campo das políticas sociais. E no final da década de 1980, pouco se discutia sobre as necessidades de políticas específicas para melhorar os patamares de inserção e integração da população negra na sociedade. Mas alguns anos depois, enfrentando muitas dificuldades, as políticas de melhoria na educação e saúde, obtiveram êxito na redução da desigualdade entre brancos e negros. Outro fator determinante para o combate a desigualdade racial foi a marcha Zumbi dos Palmares, contra o racismo, pela cidadania e pela vida, em 1995. Os movimentos negros reivindicavam políticas específicas para a educação e a formação de professores com sensibilidade de reconhecer no outro a igualdade de direitos e assim preparados possam lidar com a temática da diversidade racial, contribuir e oportunizar ao alunado negro ascender a cursos profissionalizantes e à universidade.

Por diversas vezes o Brasil tem elaborado leis, projetos e ações para combater o racismo, e já podemos perceber que a desigualdade entre brancos e negros vem ganhando um novo olhar, atitudes concretas vem sendo tomadas para se chegar a um ponto em comum, a igualdade entre as nações. Sem sombra de dúvida a lei 10.639/03 foi implantada como um novo desafio, uma possibilidade de construção de um novo cenário na educação brasileira, fortalecendo a luta do movimento negro que há muito grita pela valorização das culturas afro-brasileira e Africana.

Não há dúvida que veio a abolição, os negros ficaram livres, mas continuaram aprisionados pela desigualdade racial, e enquanto todos silenciavam esses continuavam presos ao mundo do desconhecido, sem oportunidades de conquistar seu espaço na sociedade, enquanto isso o branco já tinha se colocado como seres expressivos de dominação da cultura alheia, se fazendo dono do conhecimento. Mas a verdade é que mesmo em desvantagem, eles não desistem nunca e na velocidade do tempo vem mostrando o quanto vale ser livre, e mostram ao mundo que a trilha pode ser estreita, mas sua vontade de crescer supera obstáculos, e percorre novos horizontes num sonho de um dia sermos um país de cidadãos, respeitados por sua diversidade. Já dizia (AZEVEDO,1996) “(...) As pessoas de cor tem seu status condicionado por suas qualidades e aptidões individuais, competindo em igualdade de condições com o branco.]

A verdade é que essa desigualdade vinha a cada dia tomando uma dimensão que esta influenciando em setores, como a educação, empregos, violência e saúde. Algumas mudanças embora lentas vem surgindo como ações para diminuir a discriminação que vem se arrastando por muito anos .Entre elas está a inclusão da temática diversidade racial nos debates públicos, como iniciativas dos municípios, governos estaduais e passando pelos viés federal, no sentido de construir uma democracia racial, intervindo no combate a discriminação e preconceito.

A primeira iniciativa para enfrentar o problema da questão racial nasceu no período em o Brasil, passava por uma redemocratização. Nesse período o movimento negro faz surgir nos debates políticos o tema discriminação racial do qual obteve algumas respostas, a promoção da cultura negra e valorização de sua contribuição para o mosaico cultural do Brasil, e no mais o nascimento da Fundação Cultural Palmares (1988). Ainda baseado no combate do preconceito a constituição de 1988, ouvindo as demandas do movimento negro, declarou por ordenamento jurídico e imprescritível que qualquer ações de preconceito em espaços públicos, comerciais e empregos ,em função da cor ou raça, fica sendo crimes inafiançáveis, sob a pena de reclusão em diversos casos típicos; e para fortalecer lei criou delegacias especializadas em crimes raciais, sendo a primeira a primeira no Rio de Janeiro em1991.

Em meados da Década de 90, foram identificadas novas iniciativas de criação de políticas públicas para combater o racismo. As ações afirmativas embora ainda num processo lento, ganham corpo entre 2001 e 2002 visando beneficiar a população negra como público-alvo de suas ações. E assim por meio da SEPPIR (Secretaria Especial de

Políticas de Promoção de Igualdade Racial) o governo federal assume o compromisso histórico de romper com os entraves que impedem o desenvolvimento pleno da população negra, como forma de superar as desigualdades sociais. E para confirmar a grande preocupação de combate ao racismo outras organizações governamentais e não governamentais tornaram-se parceiros no âmbito de promover ações que diminuam o preconceito racial.

Nos últimos anos as ações afirmativas vêm sendo implantadas nas universidades de acordo com a autonomia das mesmas e as demandas da sociedade. Podemos assim destacar a UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), que adotam o sistema de reservas de vagas de 20% para afrodescendentes, 20% para estudantes da rede pública e 5% para pessoas com deficiência, além da UEMG (Universidade Estadual de Minas Gerais), essa adota reserva de 20% de suas vagas para afrodescendentes e 20% para alunos egressos de escolas públicas que comprovarem carência, entre outras podemos destacar a UEJF(Universidade Estadual de Juiz de Fora), que adotam reservas de 25% de suas vagas para preto e pardos, sem esquecer das demais. Evidencia-se assim que universidades e escolas são os espaços mais propícios para a reeducação de um povo, o lugar que integra todos os cidadãos às mudanças, onde se mostra que as oportunidades são capazes de transformar o homem num ser social e justo quando é tratado com justiça e respeito. Segundo Gadotti (1992); *apud* Oriá:

A diversidade cultural é a riqueza da humanidade. Para cumprir sua tarefa humanista, a escola precisa, mostrar aos alunos que existem outras culturas além da sua. Por isso, a escola tem que ser local, como ponto de partida, mas tem que ser internacional e intercultural, como ponto de chegada.(...)Escola autônoma significa escola curiosa, ousada buscando diálogo com todas as culturas e concepções de mundo. Pluralismo não significa ecletismo, um conjunto amorfo de retalhos culturais. Significa sobre tudo diálogo com todas as culturas, a partir de uma cultura que se abre às demais.

O fato é que, é também na escola onde se observa uma expressiva desigualdade entre brancos e negros, iniciando no ensino fundamental, onde percebemos um grande número de repetência e evasão, e dentro desse número, a maioria é negro. A verdade é que este abandono da escola representa uma grande perda para a ascensão do negro às universidades, e a desqualificação do mesmo representa a não participação na sociedade. Um dos motivos que apontam para a defasagem do negro na escola está pautada na dificuldade de sobrevivência, que os empurra para o trabalho, muito para ajudar sua família. Este é um problema que afeta não só os negros, mas toda uma escala

social composta pela classe pobre, mas no caso das crianças negras esses fatores acabam por afetar a autoestima, aumentando assim a desigualdade social.

Até o século XVIII, as lutas por direitos se situavam no terreno político, opondo a liberdade individual e o poder estatal. A luta dos indivíduos se dirigia para conquistar alguma liberdade, uma proteção contra a tirania. Hoje em dia se prega cada vez mais que toda pessoa independente de sexo, etnia, crença religiosa e condição social, tenham os mesmos direitos garantidos pela sua existência humana. É bem verdade que as leis são universais, mas a realidade é outra, no Brasil existe um grande numero de pessoas que sofrem pela falta de atendimento médico, com o desemprego, sem educação de qualidade, proteção na sua própria casa e sem uma alimentação adequada. Essa é a cara de um país que se diz democrático, mas não cumprem as leis e punem os que lutam pelo reconhecimento de sua existência.

A Lei 10.639/03, representa para toda sociedade brasileira a possibilidade de uma educação transformadora, onde o ensino possa propiciar um novo olhar, assentado no pluralismo cultural. Os currículos escolares deve ser a chave para a difusão da diversidade, e o cumprimento do mesmo precisa ser uma prioridade para a construção de uma identidade Nacional, regional e continental. Contudo o Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), vem promovendo formações de professores em história da África ,mas vem enfrentando alguns problemas de resistência de alguns órgãos públicos, reforçados pela ausência de materiais dentro dessa temática. Enfim a lei convida a todos a cumprir seu papel enquanto cidadãos, criar ações afirmativas que promova a igualdade no país. Como pensa (PIES,ATIVISTA DOS DIREITOS HUMANOS,2011), “Viver é mais complexa e maravilhosa arte por que exige que saibamos lidar com nossas contradições, exige escolher, exige conviver. Não há nada mais nobre do que humanizar-se.”

2. HISTÓRIA DE RACISMO E ESCRAVIDÃO NO CEARÁ

Na metade do século XIX, vinha ocorrendo no Ceará algumas mudanças, não nele isoladamente, mas em outras províncias do Brasil imperial, depois de 1850, esses vinham passando por transformações sociais, políticas e econômicas. O meio urbano constituiu-se numa forte espaço à difusão de novas ideias, podendo-se observar uma enorme adesão à causa abolicionista. Através da imprensa, aqueles que simpatizavam com o fim do trabalho servil procuravam angariar fundos que seriam destinados à

libertação dos cativos. (CAXILÉ, 2009). O mesmo afirma que foi na região do maciço de Baturité que surgiu a primeira libertadora, precisamente no dia 25 de maio de 1870. Deles faziam parte ilustres indivíduos, dentre eles estava o juiz municipal Antônio Pinto Nogueira Aciolly, membro da sociedade cearense. Em junho do mesmo ano, no município de Sobral, foi fundada a sociedade libertadora sobralense, destinadas a alforriar somente as crianças escravas do sexo feminino. Na capital da província, Perseveranças e Porvir foram as primeiras organizações abolicionistas. Essa tinha um objetivo a mais da Libertadora Sobralense, que além de alforriar escravos cuidava dos interesses econômicos e comerciais de seus membros.

Na verdade pouco se conhecia sobre os integrantes das sociedades libertadoras cearense, na verdade grande parte de seus membros interpretavam a realidade sobre qual viviam sob o prisma de teorias positivistas e evolucionistas, mas não seguiam à risca tais doutrinas, mas as interpretavam conforme seus interesses. (HOLANDA, 2009)

Para ele, quando as sociedades libertadoras surgiram no Ceará o sistema escravista estava bastante desgastado por conta da forte estiagem entre os anos de 1877 a 1879 que obrigou os fazendeiros da província vender seus escravos como uma alternativa de sobrevivência.

No dia 1º de janeiro de 1881, a sociedade libertadora editou o primeiro número do Jornal Libertador, com o propósito de atuar na campanha publicitária em favor da emancipação da escravidão na província do Ceará. Esses viam a escravidão como uma violação às leis econômicas, políticas e sociais do mundo contemporâneo, ou seja, um entrave à racionalidade econômica e ao desenvolvimento de uma nação. Pelo que me parece essa visão de liberdade aos negros, não condiz com um gesto humanitário como muitas pessoas imaginam, toda ação promovida pelos grandes líderes sociais estavam sempre associados aos próprios interesses.

O movimento abolicionista desencadeado pelos membros das libertadoras, principalmente a perseverança e porvir e a sociedade Cearense, não foi um movimento de cunho humanitário e filantrópico. Essa consistia na negação da grande propriedade e lutavam por uma reforma eleitoral que permitisse uma maior participação da população. Para eles o sistema servil era como uma ocupação de caráter subdesenvolvido, pois devido ao emprego de escravos, a sociedade era forçada a adotar uma estrutura de trabalho relativamente simples, o que tornava impermeável as mudanças, ao melhoramento a novas situações. Esses abolicionistas, com suas formas de organização sociais, disseminaram pela sociedade cearense seu próprio estilo de conduta e

instituição. O mais das vezes sem uma intenção deliberada, trabalhavam numa direção que levou à redução das diferenças de poder social e conduta entre duas camadas da sociedade, a saber, a pequena e média burguesia e os grandes proprietários de terras, nos deixando uma dúvida, sobre o processo da escravidão. Quem foram os mais beneficiados, já que nossos abolicionistas tinham outras referências de direitos a liberdade?

O fato é que, embora com ideais distorcidos a província do Ceará foi a primeira no império a declarar extinta a presença do elemento servil em suas terras no dia 25 de março de 1884, bem antes da mesma ocorrência no Brasil, que em relação a outras era a que tinha menos escravos. Muitos cearenses acreditam na inexistência de escravos entre nós, na verdade no início do século XIX, a população era constituída de 60,7% de negros e pardos libertos e 15% eram de negros e pardos escravos. O fato é que o Ceará teve um número bem menor de Africano e afrodescendente do que Pernambuco, Maranhão Bahia e Minas Gerais, porém não significa dizer que houve menos castigos, discriminação e perseguição. Segundo Hilário (2009), o fato é que existiram tantos negros como índios, a grande prova disso é existência dos anúncios de compras e vendas e notinhas comunicando negros fugidos, presentes no jornal da época. Outro fator importante que confirma a presença do negro no Ceará foi à organização de várias entidades em defesa da abolição desses. Alguns fazendo manobras políticas, outros comprometidos com a causa e nos mais eles organizavam eventos a fim de comprar cartas de alforrias e libertar alguns escravos.

Para Martins (2012) o processo da abolição no Ceará, se deu com o fim do tráfico de escravos trazidos da África, o que veio em 1850, fortalecer o tráfico interprovincial, além da proposta de uma lei tributária criada por Moreira Barros com pesados custos sobre a entrada de negros no Ceará vindos de outras províncias. Em suas palavras ele defendia seu projeto argumentando que seu intento era gerar

A vantagem política de sustar o antagonismo que eu vejo com pesar desenvolver-se entre duas partes do império sobre este assunto (da escravidão) e colocar todas as províncias para resolver no mesmo pé de interesse a grande questão do elemento servil.

O tal projeto não foi aprovado, e dois anos depois, o poder legislativo da província do Rio de Janeiro, percebeu o perigo para o próprio sistema na continuidade do comércio interno de escravos, decretou imposto muito alto por escravos que entrasse

na província. No Ceará, onde o alto preço de escravos era mantido pelo mercado consumidor nas províncias cafeeiras, tais medidas provocaram o efeito contrário, ao invés de fortalecer o compromisso com os senhores de escravos, com a instituição da escravidão, a legislação afrouxou o compromisso, impulsionando o movimento abolicionista local, tal movimento no Ceará, explica-se por motivo econômico e não humanista.

Para Martins não só os Sulistas motivaram a libertação dos negros no Ceará existiu também a participação intensa dos trabalhadores do mar. Foi no sentido de acabar com a escravidão que em 1881, que José Napoleão e Francisco Nascimento, o Chico da Matilde (Dragão do Mar), se negaram a embarcar escravos nas jangadas e levá-los até os navios. Dragão do mar não era jangadeiro, mas liderava os protestos abolicionistas. Filho de pescador, era mulato, nascido livre, sabia ler e defendia a participação da mulher nas lutas sociais.

Para (HILÁRIO, 2009) alguns cearenses viam a libertação dos escravos como algo oferecido pelo um grupo de abolicionista daquele tempo constituído por um grupo de pessoas brancas e ricas que pra comemorar o momento festivo organizaram uma grande festa no passeio público de fortaleza em 25 de março de 1884, José Teles Marrocos.

Às cinco e meia da tarde, já uma multidão se agitava sob as comorações de uma grande novidade que preocupava todos os espíritos. Duas mil pessoas, seguramente, se achavam apinhadas. Desde as naves da igreja do rosário até o adro da praça. O passeio público trajava todas as galas da mais pomposa solenidade. Seu pavimento tapeava-se de flores, suas árvores hasteavam bandeiras de todas as nacionalidades, suas alamedas adornavam-se de arcadas triunfais. Uma iluminação giorno e a capricho deslumbrava o espetáculo.

(FORTALEZA, Secretaria de cultura, turismo e desporto, 1988).

Olhando com essa visão, percebe-se que parte da Sociedade Cearense Libertadora, procura negar a participação do negro escravizado na luta pelo fim do regime escravista, tira a iniciativa e o potencial da população negra da construção da sua própria história. As populações negras enfrentaram os seus senhores, utilizando-se da luta de capoeira como forma de resistência além de fugirem para outros lugares e se organizarem em Quilombos para viverem a liberdade.

No período imperial as unidades administrativas eram chamadas de províncias, que durante a colônia chamava-se Capitânicas Hereditárias. Com a proclamação da independência, em 1822, as Capitânicas transformaram-se em províncias e essas, com a Proclamação da República, em 1889, passaram a ser Estados. Enquanto estado o Ceará realiza compra, venda e troca de escravos, gerando grandes negócios e lucros para os governantes e donos de escravos. Esses trazidos da África sofriam com a dor da separação dos laços de amizades, afetivos e culturais.

A primeira diáspora durou do XVI ao XIX, eles eram trazidos nos porões dos navios, todos acorrentados, eram separados de seus ancestrais, conforme relatado pelo poeta afrodescendente Castro Alves, em seu poema, "navio Negreiro":

Era um sonho dantesco...o tombadilho
Que das luzernas avermelhadas o brilho,
Em sangue a se banhar.
Tinir de ferros... estalar de açoites...
Legiões de homens negros como a noite,
Horrendo a dançar...
Negras mulheres, suspendendo as tetas
Magras crianças, cujas bocas pretas
Rega o sangue das mães:
Outras moças, mas nuas e espantadas
No turbilhão de espectros arrastadas
Em ânsia e mágoas vãs!

(ALVES, Castro. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1908)

É importante salientarmos que o fato de ser escravo já representa por si só um ato indecente, desrespeitoso e desumano para os nossos irmãos negros, mas infelizmente no Ceará, quanto no Brasil a cor é o bastante para se discriminar, deixar alguém de lado, olhar com desprezo e excluí-los do meio social.

Enfim a liberdade chegou: negros, mulatos, brancos, caboclo e pardos eram todos livres para sonhar, para eles não haviam mais fronteiras que os separavam, nos espaços públicos, ou seja, aquele momento representava um espetáculo na vida daqueles que a muitos não sentiam o gosto pela liberdade. Mas a verdade é que a abolição no Ceará não foi um marco na vida da população negra, pois para eles sair do cativeiro foi muito simbolista, pois os ex-escravizados ficaram entregues a própria sorte, criando

estratégias para sobreviverem e buscar o direito à cidadania.

Hoje podemos perceber que a luta pelos seus direitos continua na medida de reivindicar a liberdade de expressão, a conquista pelo espaço social e melhor educação.

3. HISTÓRIA E MEMÓRIA DE REDENÇÃO

Redenção, esta localizada a 52km de Fortaleza, a capital do Ceará, essa cidade centenária surgiu com pequenos casebres no sopé da serra, tornou-se pequeno núcleo de Acarape, pelo ato provincial a 18 de março de 1842 com o nome Acarape, nome de origem indígena que significa “caminhos dos peixes” e na versão romântica de Jose de Alencar “caminho das garças. Essa tem em sua história um “passado negro” marcado pela escravidão, como diz Chico Simião* numa de suas poesias:

No tempo que existia
Os senhores bacharéis
As casa grandes, os engenhos
Moradas de coronéis
Compradores de escravos
Por poucos de réis

Usavam como estrutura
Só o dinheiro na mão
Compravam e vendiam escravos
Até de embarcação
Desta forma vinheram muitos
Da África pra Redenção
Trabalhos para animal
Os negros escravos faziam
Puxando rodas de ferro
Canas de açúcar moíam
Vigiados por feitores
Que por vezes lhes batiam

E foi assim de um jeito muito estranho que o povoado de Acarape, atualmente Redenção cresceu e se desenvolveu, utilizando o trabalho escravo na lavoura canavieira e nos serviços domésticos. Mas dela nasceu o primeiro brado de libertação dos escravos, mas é bom sabermos, esse ato ocorreu quando o presidente da província assinou a lei autorizando o município disponibilizar anualmente uma quantia de quinze réis para ser usado na libertação dos escravos de preferência do sexo feminino. E foi assim cinco anos antes de a princesa Isabel assinar a lei Áurea no Brasil, que Redenção se pronunciou com o bravo ato de libertar seus escravos em primeiro de janeiro de 1883.

No dia 28 de dezembro de 1868 essa cidade foi elevada a categoria de vila e desmembrada de Baturité e assim passou a ser denominada de Redenção em 1889 pela lei provincial n º 2.167, nome que até hoje orgulha a sua população, pois o vocábulo Redenção significa salvação, auxílio de quem resgata o outro.

Redenção o teu nome na história, diz o hino do município esbravejando elogio ao povo Redencionista, por ser o primeiro município do Brasil a libertar seus escravos . Para Hilário, (2011) Tal libertação teve a contribuição do movimento dos jangadeiros em Fortaleza que nessa época estava bem desenvolvida, com ideias libertárias e que desde 1881 se recusavam em embarcar escravos em suas jangadas. Essa cidade também ganhou um cognome de Rosal da liberdade, assim chamada pelo seu filho ilustre Perboyre e Silva (Hilário, 2011).

Segundo Dias (2008) *apud* BRAGA (2011), o momento histórico da libertação dos escravizados em Redenção, ocorreu em clima festivo, na manhã do dia primeiro de janeiro de 1883. Fora Acarape a cidade escolhida para nela cravar, o primeiro alicerce da libertação. O momento foi iluminador, orquestral, enquanto esperava a comitiva que saíra de Fortaleza para dar início a solenidade, o fato ocorreu em um prédio onde hoje esta instalada a escola Saraiva Leão. Faziam parte deste momento histórico José Liberato Barroso, General Antônio Tibúrcio, Padre Jose Silveira, Justiniano de Serpa, João cordeiro e como destaque Jose do patrocínio, filho de ex-escrava e um grande abolicionista.

Conforme Ladeísse e Maria Helena (1998) *apud* Silva (2004) assim deu-se o momento histórico:

A multidão postada em frente, respondia com aplausos e vivas o verbo inflamado dos oradores que no interior do salão participavam da mesa diretora dos trabalhos, presidida pelo conselheiro Jose Liberato Barroso. O

primeiro senhor de escravos que se apresentou a mesa para alforria-los foi o coronel Francisco benvindo Vasconcelos, cujo desvelo e interesse pela bendita causa da libertação significamente expressou nestes termos “a maior mancha da minha vida foi ter sido senhor de escravos” . A vibração dos tribunais e da população ali presente promulgou-se por tempo considerável enquanto durou a alforria dos 116 escravos então emancipados.



Figura 1: Escola Padre Saraiva Leão.
Fonte: arquivo secretaria de educação de Redenção

Naquela época a Escola Saraiva Leão foi um ponto de referência, para a implantação de uma nova política social, que ordenava a libertação dos escravizados aqui presentes, propondo-se assim um novo modelo de superação das relações sociais. Hoje esta funciona como um prédio do estado porem pouco se sabe da importância que essa representa para o povo do município de Redenção.

Em se tratando de projetos para resgatar a nossa história, já ocorreu a implantação do projeto as Cores de Redenção iniciada no ano de 2009, motivados pela chegada da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileiro (UNILAB) no município, mas no momento o estudo da África era a referência dos nossos estudos fazendo sempre um paralelo a nossa história, baseados nas poucas fontes do município, um fator essencial para a construção do conhecimento.

O fato é que esse município foi o primeiro na história dos pais a prenciar o grito de liberdade, abrindo caminho para o extermínio do sacrifício negro, esse que a muito foi considerado um ser exótico, mercadoria e objetos de uso pessoal. Como o

dito, Silva: “nesta terra não mais escravo” frase que influenciou de modo positivo, a glória da libertação no Ceará.

Passado alguns anos a cidade foi crescendo ,bem como sua economia, e dispõe de uma privilegiada paisagem. Quando se fala em monumentos históricos, a mesma ostenta o busto da princesa Isabel, biblioteca pública, o obelisco onde esta cravado o nome dos senhores de escravos, radio FM, museu, além de órgãos privados como hospitais, delegacias da policia civil e militar clinica especializadas e laboratório fórum postos de saúde e cartório eleitoral. Dentre as atrações culturais, temos as festas religiosas e festejos municipais como a abolição dos escravos no Brasil, Ceará e Redenção, dia da independência do Brasil e hoje com a criação da lei 10.639/03 comemora-se o dia da consciência negra e o dia do município.



Figura 2: Monumento da liberdade
Fonte: arquivo secretaria de educação de Redenção

Este monumento representa um marco da abolição, nele está encravado o nome dos membros da Sociedade Libertadora Acarapense, sob a presidência do famoso abolicionista Gil Ferreira Gomes Farias. Muitas coisas se falam em relação a libertação

do negro em Redenção, mas sinto que falta fortalecer e conservar essa história, com um olhar atento aos fatos para torna-la uma verdade a todos que dela faz parte.

No (DN ,GRANDE FORTALEZA, 1988) há uma indicação de outra localidade onde se encontra reminiscência da escravidão ,fica no sitio Livramento, instalações da fabrica Douradinha, E logo na entrada de Redenção, além do distrito de São Gerardo, distante de cerca de 18km de Redenção no sitio Gurguri, de propriedade da família Holanda, lá existe a tradicional casa grande do tempo provincial. A residência possui 24 compartimentos e um enorme galpão, essa parece um verdadeiro labirinto.

Numa perspectiva de construir uma sociedade melhor, Redenção se alegra com um novo universo e resgata sua historia com a chegada da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) que pelo percurso da história tem recebido uma grande diversidade de povos , que buscam na educação a liberdade do ser ,da luta por ser reconhecido como cidadãos com os mesmos direitos enquanto ser social

Sobre a educação, os indicadores retirados do documento Plano Municipal de Educação-PME (2010,) revelam um avanço muito grande.

Tabela 01: IDEB 2005/ 2007/2009 e projeção para a rede municipal – Redenção

Ensino	(Observado)			Projeção IDEB – REDENÇÃO							
	2005	2007	2009	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Fundamental I	3,2	3,3	4,3	3,3	3,6	4,0	4,3	4,6	4,9	5,2	5,5
Anos Iniciais	3,0	3,5	4,2	3,0	3,2	3,5	3,9	4,2	4,5	4,8	5,0

FONTE: PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (BRAGA, 2011)

Nos últimos anos, a educação de Redenção, vivencia uma nova realidade, o nível de aprendizagem dos nossos alunos de acordo com as prova exteriores vem superando os índices esperados nível Nacional, e isto é muito positiva no sentido de quantificar,

qualificar e tentar chegar a excelência do ensino. Com a chegada da UNILAB a universalização da educação ganha um novo brilho, crescendo as expectativas dos alunos em tornar possível seus sonhos. A prefeitura municipal de Redenção através da secretaria de educação em sintonia com a s Diretrizes do MEC/ FNDE implanta uma política de formação continuada em serviço e orienta o desenvolvimento de programas e projetos nas escolas municipais, a partir de um novo modelo de investimentos financeiro que tem elevados os indicadores de aprendizagem dos alunos de Redenção. As formações tem foco uma ação planejada e sistemática, onde ocorre trocas de experiências, e reflexões sobre o aprendizado e aprimoramento da pratica de ensino.

Além das formações, criou alguns projetos para fortalecer o relacionamento entre alunos, professores e todo núcleo educacional do município. Entre eles podemos descrever o Aprendendo e Fazendo Escola (AFÉ).

A formação continuada dos Diretores e Coordenadores Pedagógicos das escolas municipais foi idealizada pela SME a partir de um diagnóstico realizado in loco para se perceber a realidade de cada comunidade educativa. Assim, visando o aprimoramento das habilidades dos gestores para o exercício de uma gestão democrática e competente com foco na dimensão pedagógica administrativa.

O projeto as cores de Redenção, numa nova versão, atual Rosal da Liberdade diversidade e Cidadania, criado pela atual administração de 2013, vem estimulando cada vez o trabalho com a valorização cultural, a diversidade.

Pela SME com o intuito de fortalecer a instalação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira – UNILAB e implementar a Lei 10.639/2003 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura da África e dos Africanos, bem como a educação das relações étnico raciais no currículo das escolas públicas e privadas brasileiras. Este projeto é desenvolvido em 36 comunidades educativas com a participação de todos os Profissionais da Educação, beneficiando 6.300 alunos.

“As Cores de Redenção” foi o projeto que proporcionou à Secretaria Municipal da Educação, o prestígio nacional, através do Selo de Educação para a Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR), em parceria com a SECAD, UNESCO, UNICEF, UNDIME e CONSED, em reconhecimento por todas as ações desenvolvidas no período de 2009-2010:

Considerando a ideia de que o município de Redenção, vem avançado no sistema educacional , segue logo abaixo, alguns projetos que vem permitindo um melhor aprendizado no sentido de educar para a cidadania.

Projeto Avaliar para Ensinar Melhor;

O Núcleo de Tecnologia Municipal – NTM, com o objetivo de prover subsídios e fortalecer a prática docente para o desenvolvimento das habilidades dos estudantes nas avaliações externas, executa o projeto “Avaliar para Ensinar Melhor” em parceria com o Departamento de Ensino. O referido projeto realiza a aplicação de uma prova no 2º semestre em 100% das turmas de 2º, 5º e 9º anos da Rede de Ensino. As provas são elaboradas tendo como parâmetros os descritores das avaliações externas, com orientações específicas aos professores nos encontros de Formação Continuada e resultados amplamente divulgados para alinhamento das ações planejadas.

Práticas Educativas do Desenvolvimento Infantil: Projeto Hora do Jogo/Projeto Estação do Brincar/Projeto Parque Infantil;

Considerando as diferentes dimensões da formação integral, o Município de Redenção através da SME adotou práticas educativas com metodologia lúdica visando contribuir com o desenvolvimento integral de suas crianças.

Projeto Educar, Crescer e Aprender para a Cidadania – ECA;

As crianças sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio e a compreensão deste pensamento é um desafio para os educadores. Assim, o Projeto ECA: Educar, Crescer e Aprender para a Cidadania cumpre um papel socializador promovendo aos estudantes uma aprendizagem significativa e diversificada. Ao desenvolver este projeto a secretaria percebe que o mesmo é um espaço democrático e de grandes possibilidades para a compreensão da temática de forma reflexiva, ampla e eficaz. Destaca que esta experiência foi partilhada no Observatório de Boas Práticas e Projetos Inovadores em Direitos da Criança e do Adolescente em comemoração aos 20 anos do ECA , em um evento promovido pela Secretaria de Direitos Humanos, que ocorreu em Brasília, no mês de dezembro de 2010, sendo Redenção o único representante da Região Nordeste, na categoria de escola, fruto de uma parceria com a RNBE - Rede Não Bata, Eduqu

Projeto Construindo Histórias Através da Leitura;

O Projeto Construindo História Através da Leitura tem como objetivo contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, cultivar o gosto pela leitura e fortalecer a prática dos professores junto às turmas do 3º ano. Cada criança participante recebe uma mochila contendo um acervo literário de dez títulos. Em 2010 foram contempladas 23 escolas, 27 professores e 575 alunos. No ano de 2011, o projeto abrange 20 escolas, num total de 26 turmas, 24 professores e 480 alunos.

Projeto “Redenção que te quero ver verde”

Com o intuito de trabalhar a educação ambiental de forma transversal e interdisciplinar a SME idealizou o projeto “Redenção que te quero ver verde” visando rever a relação do homem com natureza de forma saudável, equilibrada e sustentável. Para isso, realizou uma campanha educativa no âmbito de cada escola envolvendo os quatro elementos – água, terra, ar e fogo, na perspectiva da valorização da flora do municipal.

O projeto tem como objetivos:

- Proporcionar oportunidade de formação para o exercício da cidadania, despertando sentimentos de patriotismo, respeito e promovendo o desenvolvimento sustentável na busca de um meio ambiente saudável para todos;
- Descobrir a relação de cada um com a natureza;
- Contemplar a presença ativa de Deus na obra da criação;
- Contribuir para o equilíbrio da relação do homem com a natureza.

Programa Alfabetização na Idade Certa - PAIC

O programa tem como objetivo garantir o sucesso da alfabetização de todas as crianças de 06 a 07 anos (2º ano) da rede pública de ensino e vem sendo desenvolvido no município em parceria com o Governo do Estado do Ceará através da Secretaria da Educação/ SEDUC.

Tem como objetivo viabilizar a implantação e implementação de políticas e estratégias voltadas para a alfabetização das crianças na idade certa, tendo como prioridade o atendimento no 1º e 2º ano. OS livros de literatura infantil, são materiais adquiridos pelo município e tem uma metodologia voltada para o desenvolvimento das

crianças no aspecto afetivo, físico, cognitivo, social, cultural e espiritual, na perspectiva do letramento. No 1º ano e 2º ano, a concepção pedagógica é Alfabetizar Letrando.

E é assim, Redenção fazendo educação, como diz ,SIMIÃO:

Seria obrigação
Das nossas autoridades
Que dirigem o país
Tratar com mais lealdade
Redenção que no Brasil
É berço da liberdade

Será de felicidades
Pra todos Redencionistas
Se um dia Redenção chegar a uma conquista
Pra mostrar tudo que tem
De cultura e de artista

É esperança prevista
Que pulsa no coração
De todo povo feliz que habita
Redenção
entre eles este poeta que é o chico Simião.

Como diz Gabriel Pensador (MUNDO JOVEM, 2006),

Na mudança de atitudes não há mal que se mude
Nem doença sem cura
Na mudança de postura a gente fica mais seguro
Na mudança do presente a gente molda o futuro.

Muitas vezes, nossos governantes fazem listas de ações para transformar a vida de uma população, mas esquecem de coloca-las em praticas. Redenção vem atualmente trabalhando com uma proposta de Ensino com o intuito de colaborar para uma educação de qualidade entre elas vem ganhando destaque o projeto Rosal da Liberdade que se faz cumprir a Lei 10.639/03, e para isso vem propondo aos professores uma nova metodologia de ensino voltado para a área da História. O projeto Rosal da Liberdade, diversidade e Cidadania na Escola em continuidade das Cores de Redenção tem um olhar voltado para a realização de um ensino comprometido com o bem social, rompendo com as barreiras da indiferenças e construindo ações que privilegia a inclusão dos excluídos na história não só do povo de Redenção, mas em todo contexto nacional.

Nas escolas o projeto vem manifestando o interesse dos alunos, mesmo sem muito de original sobre a história do município, os alunos vem debatendo o assunto de forma dinâmica e questionando as possibilidades para uma mudança de atitudes em relação ao outro, pois trabalhar a diversidade implica a manifestação de respeito a todas as formas de discriminação. Sendo a nossa abordagem a cultura negra, povo rigorosamente castigados pela cor de sua pele, obrigados a trabalhar sem remuneração, e castigados por lutarem por seus direitos, nada impede que reconheçamos que existem outras formas de preconceitos na sociedade brasileira, e esses como os negros merecem o nosso respeito e valorização no processo de afirmação de sua identidade, fato necessário para o equilíbrio de uma sociedade.

II . POLÍTICAS SOCIAIS NUMA VISÃO EQUITATIVA

4. AS AÇÕES AFIRMATIVAS

Munanga (2001) define as chamadas políticas de ação afirmativas como uma ação positiva que visa oferecer aos grupos discriminados e excluídos um tratamento diferenciado para compensar as desvantagens vividas por eles nas mais diversas situações de racismo.

Nos Estados Unidos onde as ações afirmativas foram aplicados desde a década de 1960, eles pretendiam oferecer aos afro-brasileiros, uma oportunidade de crescer na dinâmica da escala social, a exemplo disso foi a mobilização de caráter obrigatório, onde os empregadores teriam que oportunizar o negro, oferecendo um emprego de forma a contribuir que eles pudessem ascender-se socialmente. Já no setor educacional foram criadas as políticas das cotas (reservas de vagas) nas universidades, onde grande parte aderiu ao sistema de maneira espontânea(MUNANGA,1996,P,79-94)

Nesse sentido, a políticas de ação afirmativas nos Estados Unidos tem defensores e detratores , a luta pelos direitos civis foi sangrenta e nesta luta destacou-se o pastor Norte Americano Martin Luther King este se tornou-se um líder do movimento civis em todo país. Inspirou-se nas Ideias de Mahatma Gandhi. Outra vertente da luta dos negros foi a do grupo armado Pantera Negras, que propunha o poder negro. Mesmo assim, o crescimento da classe média afro-americana tem atingidos cerca de 3%de sua população ,tudo isso demonstra que a cada dia os negro vem demonstrando-se superior aos descaso e indiferença promovida pela população branca.

A prova disso é que eles estão em todos os níveis sociais, como por exemplo, eles tem representação no congresso ,hospitais, assembleias estaduais ,advocacia e no sistema educacional de todo país. Esse é um fato bem presente de minha realidade, já que fazendo um curso de especialização na UNILAB (Universidade da Integração Internacional Luso Afro-Brasileiro) pude ter o prazer de assistir aulas ministradas por grandes mestres e doutores de origem Africana e também os não considerados negros, todos de formação única e exemplar que muito contribuíram e vem contribuindo para o meu crescimento pessoal e profissional. Posso então perceber que as políticas de ações afirmativas vem provocando mudanças significativas no quadro da população negra do nosso país.

No entanto não podemos negar que no Brasil a realidade de exclusão do negro ainda é gritante. É só olhar para o lado e observar o cruzamento sistemático entre o

pertencimento racial, levando em conta os indicadores econômico, classe social, idade escolaridade e sistema familiar aos longos dos mais 70 anos desde 1929. Ricardo Henrique *apud* Munanga chega a conclusão de que no Brasil, a condição racial constitui um fator de privilégio dos brancos e de exclusão e desvantagens para os não-brancos.

Mediante pesquisas, os dados comprovam que se o sistema educacional do país, investisse melhor no ensino básico e fundamental, ambos os alunos de escolas públicas e particulares poderiam competir em pé de igualdade, obtendo as mesmas oportunidades nas universidades e mercado de trabalho, mesmo sabendo que os brancos, já estão bem adiante nas conquistas, direito esse sonhado aos negros que enquanto o branco lutavam para chegar aos bancos universitário, os negros estavam nesta mesma universidade fazendo o trabalho pesado que lhes cabiam naquele momento, enquanto pobre, e por serem negro, é assim que mereciam ser tratados.

Como afirma Martin Luther King” Sonho com o dia em que a justiça correrá como água e a retidão como um caudaloso rio”. E é baseado neste contexto que se pensa as ações afirmativas, como um instrumento para transformar essa diferenças em igualdade socioeconômica e porque não educacional, que é a chave para o construir de uma sociedade credenciada para viver a cidadania. É triste falar, mas a verdade é, quando se trata de Brasil, um país que nunca assumiu o seu racismo e nem nunca criou mecanismo para promover o respeito entre os povos, precisa percorrer um longo caminho para fazer valer a 10.639/03, então criada para ser um instrumental da verdade sobre a igualdade racial entre as nações. É importante que todo o corpo social e educacional tome ciência do tamanho compromisso que cada um tem com a construção de uma identidade pluricultural, o que vai proporcionar aos nossos educandos o conhecimento propício a conviver com a diversidade cultural e pluralidade étnico, onde cada um assuma-se como sujeitos históricos capaz de transformar o país , num núcleo de superação do preconceito e discriminação.

Mas para superar a idealização da democracia racial, arrancar a confissão de que somos racistas, precisamos ouvir os clamores dos que sofrem, por terem sido deixados a margem da sociedade ,no mais necessitamos romper com os indícios do preconceito, assim como bem ilustrado pelo texto do comitê Nacional para preparação da participação do Brasil, na III Conferência Mundial das Nações Unidas, contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlatada em Durban ,África do Sul, de 31 de agosto a 7 de setembro de 2001.Esse comitê prevê ações afirmativas aos que sofrem ações discriminatória de formas diversas e devem serem aplicadas em

ambos setores educacionais, trabalhos e titulação de terras (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA,2001,)

Como afirma Munanga, a postura de nossos governantes da época, foi de se fazer de desentendidos para não se comprometerem com as populações negras, com medo de perder o apoio da classe branca, isso pode ser característica do modernismo político (HABERMAS, 1998).

Sabemos que a igualdade de fato é muito difícil de ser construída. Porém qualquer observador desatento é capaz de testar as enormes disparidades vivenciadas entre negros, índios e brancos da vida social brasileira. O pleito por ações afirmativas não surgiu como importações de ideias de realidades estranhas a nós, ela é fruto da análise pormenorizadas sobre a forma de construção do estado e nação brasileira e do embate com a realidade de se viver num dos países com a maior taxas de concentração de renda e riqueza do mundo. (MUNDO JOVEM, 2009)

As ações afirmativas no Brasil existem há pelo menos desde 1890, com a chegada das primeiras levas de imigrantes europeus que tinham garantido emprego com trabalho assalariado, acesso terra e a escola para seus filhos na língua original. Esse acontecimento respondeu aos objetivos da elite política da época, que sob a justificativa de modernizar o país ,implementou o projeto político de nação baseado no embranquecimento do país.

Sabemos que a sociedade vive uma pós- modernidade geradora de uma cultura imediatista e descartável, mas também temos ciência das lutas e resistências acerca dos direitos garantidos pelas leis que regem este país. Porem é dever das escolas incentivar e despertar nos jovens atividades onde se sintam parte e se insira no espaço destinados a cada um .Para Leite (1950) e Bazzanella (1957) a discriminação racial raramente aparece de forma explícita, por isso é papel dos sistemas de ensino, das escolas, dos cursos de formação de professores e alunos, instrumentalizar e analisar criticamente as mensagens que estabelecem formas diversas de hierarquia entre brancos e outros grupos sociais.

Com esse fim de promover a igualdade entre as nações ,as escolas e sistemas de ensino, aliados a outros movimentos que defendem uma educação voltada para uma boa relação entre os diversos grupos sociais, junto ao MEC, devem ter como missão, a fiscalização e análise do material didático nas escolas de maneira a difundir um conceito de respeito e igualdade entre os povos. Para Mananga apud Jales (2013) é preciso partir da tomada de consciência sobre essa realidade, pois nossos instrumentos de trabalho na

escola e sala de aula, isto é os livros e outros materiais visuais e audiovisuais carregam os mesmos conteúdos viciados, depreciativos e preconceituoso em relação aos povos e culturas não oriundas do mundo ocidental.

Pinto (1981) ao analisar a amostra de 48 livros de leitura para quarta série do ensino fundamental publicado entre 1941 e 1975 este observou a naturalização do branco, como representante das espécies, enquanto estes são identificados por nomes próprio e atributos familiares, os negros eram identificados por raças, por vezes ligados ao continente de origem africana e sempre aparecendo em função desvalorizadas socialmente. De acordo com Munanga, é muito difícil sanar as atitudes preconceituosas presente na cabeça das pessoas, mas ele crer que a educação é capaz de questionar e desconstruir os mitos de superioridade entre grupos humanos que foram introjetadas pela cultura racista na qual foram socializadas.

Já dizia Elis Regina (MUNDO JOVEM,2010) “Não tenho tempo de desfraldar outra bandeira que não seja a da compensação, do encontro e do entendimento entre as pessoas. “Compreende-se portanto que nós enquanto ser humano pensante ,conceitue uma significância para nossa identidade, como uma forma de estreitar relação sólidas com o passado, e a cada integração, operar o sentido a vida, no ato de reconhecesse como sujeitos, capaz de desencadear atitudes que faça transmutar o direito de todos enquanto ser social.

Para Costa (S/D) a escola é o ambiente onde muitas pessoas estabelecem suas primeiras relações de amizades/ inimizades, de trabalhos de equipes. E mesmo sendo um espaço confessional, essa expõe à pessoa a diversidade, oferecendo aos alunos elementos centrais de modo a fazê-los interagir com o mundo a sua volta. É dentro desse contexto que a lei 10.639/03 pensa a educação, um instrumento mediador do conhecimento, e assim vem formando professores para sistematizar o debate de ideias antirracista, abrindo caminhos para a abertura de um leque de conceitos e opiniões, tentando superar o preconceito e a discriminação em relação ao negro. Portanto se faz necessário que todo o corpo escolar esteja de forma consciente aplaudindo essa lei 10639/03, que vem igualar valores, promover a igualdade no sentido de gerar educação para todos.

Guimarães (2003) relata que aos meados de 1970, algumas parcelas da sociedade brasileira, principalmente a classe média negra, já sentiam os efeitos dessa política de desigualdade, como afirma Santos, os jovens negros, para titular-se, tinham de recorrer a rede particular do ensino superior, obtendo diplomas desvalorizados no mercado de

trabalho, que acentuavam ainda mais a discriminação racial de que eram vítimas. Foram justamente os negros os primeiros a denunciarem, como discriminação o relativo fechamento das Universidades Públicas brasileiras aos filhos de famílias mais pobres. Foram eles também os que empunharam a nova bandeira de luta por acesso as Universidades públicas e se faziam porta-vozes da massa pobre mestiça, de descendentes de escravos africanos trazidos para o país durante mais de trezentos anos de escravidão.

Assim verbaliza Florestan Fernandes (1972) “essa juventude estudantil negra começa a realizar assim seu ideal de luta socialista.” Isso é bem verdade, mesmo sobre aprisionado ao mundo da escravidão, este povo jamais desistiu de lutar por sua liberdade, de se autovalorizar-se como pessoas , já dizia o poeta Beltrão(2005) no poema Negro Aroeira;

Sou como peão do trecho,
Sou seda, não sou mulambo...
Sou negro, sou forte, sou bravo,
Conheço bem um quilombo...
Faço renda, faço arte,
Danço, jogo capoeira...
Sou de samba, sou de bola,
Sou cerne de aroeira.

A luta do negro representa para a sociedade atual, a força da organização das classes que sofrem com o desprezo dos nossos governantes. Dentro desse contexto Cardoso (1996) passou a dar mais espaço para a demanda por ações afirmativas. A razão para tal ação não se deveu apenas a sensibilidade sociológica do presidente, ou a relativa força social do movimento negro, mas também a difícil posição da democracia racial em fórum internacionais, que cada vez mais era frequentadas por ONGS negras. Em 2001, quando se realiza a conferência de Durban (África do Sul) , o grosso das ações governamentais restringiu-se ao combate a pobreza. Esses programas eram conduzidos por ministérios em que quadro negro do partido do governo tinha alguma ascendência: Programa Nacional de Direitos Humanos, trabalhos (projeto “Brasil”; raça e gênero” e o programa de formação profissional, planfor) e cultura e titulação de terras de remanescentes de quilombos.

Como consequência, depois da conferência de Durban, vários seguimentos da administração pública brasileira passaram a adotar cotas de empregos para negros, mas

no setor crucial a educação, tudo se logrou foi à criação de comissão de trabalhos. Somente quando ocorreu a demanda por ações afirmativas para educação superior foi que surgiram as primeiras iniciativas, para sanar tal deficiência. O trabalho voluntário de alguns militantes da causa por uma sociedade, mas justa, foi a primeira tentativa de organização para promover o ingresso dos negros as Universidades brasileiras no Rio de Janeiro e São Paulo.

Para Contins e Sant'ana (1987) a construção do termo ação afirmativas, teve origem nos Estados Unidos e ela onde podemos encontrar um importante arcabouço de sistematização dessa ação. Seu aparecimento no Estados Unidos esta intimamente associados a luta pela desagregação e pela reivindicação da extensão dos direitos civis aos negros (MOEHLECKE,2002). Já para Barbara Bergmann, ação afirmativas é planejar e atuar no sentido de promover a representação de certos tipos de pessoas-aquelas pertencentes a grupos que tem sido subordinadas ou excluídos em determinados empregos ou escolas. É uma companhia de seguros. tomando decisões para romper com a tradição de promover a posição executiva unicamente a homem brancos.

Antonio Sergio Guimarães (1997) apresenta uma definição da ação afirmativa baseado em seu fundamento jurídico e normativo. A convicção que se estabelece na Filosofia do Direito, de que tratar pessoas de fato desiguais como iguais, somente amplia a desigualdade inicial entre elas, expressa uma crítica ao formalismo legal e também tem fundamentado políticas de ação afirmativa. Estas consistiriam em .promover privilégios de acesso a meios fundamentais educação e emprego, principalmente . a minorias étnicas, raciais ou sexuais que, de outro modo, estariam deles excluídas, total ou parcialmente. Além disso, a ação afirmativa estaria ligada a sociedades democráticas, que tenham no mérito individual e na igualdade de oportunidades seus principais valores (MOEHLECKE,2002).

A inovação dessa nova proposta é perpassar as diferentes modalidades de planejamento do poder público superando os antigos sistemas educacionais de modo a desenvolver o processo ensino aprendizagem materializando os fatos de uma luta histórica do negro em nosso país. É importante lembrar que a lei 10.369/03 não funciona sozinho, que muito precisa ser feito para que ela não se torne uma letra – morta, e deixe de contribuir, de fato por uma educação multicultural, onde a cor da pele não seja motivo de horror, de ideias desbravadoras de discriminação, assim diz, Guimarães:

A ideia me surgiu quando minha mãe pegou o preparado e com ele se pôs a tirar da panela o carvão grudado no fundo.

(...)eu juntei o pó restante e com ele esfreguei, esfreguei e vi que, diante de tanta dor , era impossível tirar todo o negro da pele. (GUIMARÃES, 1988,)

As denominações ou associações negativas em relação à cor podem levar o negro a ter uma imagem de rejeição de si mesmo. É necessário que se produza ações que conduza os seres humanos a valorizações universais no sentido de ensinar que a diferença pode ser bela, que a diversidade é enriquecedora e não sinônimo de desigualdade.

No Brasil, as políticas públicas estão sinalizando para a adoção de uma perspectiva ação social, que possa atender a classe pobre. O fato responsável por essas mudanças foi a redemocratização do país, motivo esse que vem exigindo do poder público, medidas específicas em relação à raça gênero e etnias.

O momento atual no Brasil é de organização e mobilização, para responder os problemas sociais no país. A lei 10.639/03 traz em si, a novidade da proteção do negro, garantindo-lhes os direitos sociais. Essas iniciativas simboliza o reconhecimento de nossas atitudes preconceituosas, construídas no passado de nossa história.

5. LEI 10.639/03

A lei 10.639/03 foi criada no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, sancionada no dia 9 de janeiro, essa lei altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica .Junto a essa lei foi instituída o dia nacional da consciência negra (20 de novembro) em homenagem ao dia da morte do líder quilombola Zumbi dos Palmares, esse dia é marcado pela luta contra o preconceito racial no Brasil. Desta forma busca cumprir o estabelecido na constituição federal nos seus art. 5º,art 210,art 206, 1º do art. 242,art 215, art. 216,bem como nos art. 26 26 A e 79 B NA Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram o direito a igualdade de condições de vida e de cidadania ,assim como garantem igual direito às Histórias e Culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura Nacional a todos os brasileiros.

Dentro desse contexto de educar dentro de um princípio ativo e com mecanismos de transformação, e de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integridade, e estimular a formação de valores e comportamentos que respeitem as diferenças, criou-se em 21 de março de 2003, a

SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) e institui a política nacional de promoção à Igualdade Racial, recolocando a questão racial na agenda nacional e a importância de se adotarem políticas públicas afirmativas de forma democrática, descentralizada e transversal. Nesse cenário o governo federal, por meio da SEPPIR assume o compromisso de romper com os entraves que impedem o desenvolvimento da população negra brasileira.

Para a realização e cumprimento da lei 10.639/03, se faz necessário encaminhar diretrizes que norteiem a implementação de ações afirmativas no âmbito da educação pública federal. Além disso, precisamos buscar articulações nos estados, municípios e ONGS (organizações não-governamentais) e a iniciativa privada para efetivar os pressupostos constitucionais e os tratados internacionais assinados pelo estado brasileiro, todos juntos lutando pelo mesmo espírito solidário de reconhecer as disparidades entre brancos e negros em nossa sociedade.

Um dos caminhos para se analisar direitos que apontam as desigualdades entre brancos e negros é preciso criar políticas específicas que reverta o quadro ilustrativo do passado em que o negro foi sempre deixado à margem das políticas públicas. A lei 10.639/03 procura oferecer uma resposta, na área de educação, no sentido de promover políticas de ações afirmativas isto é, política de reparações e valorização da cultura negra, afirmando identidades. É importante salientar que tais políticas afirmativas tem como meta reconhecer o negro na cultura nacional, onde todos possam expressar suas visões de mundo e manifestarem com autonomia individual e coletiva seus pensamentos.

Segundo Luciana Jactou *Apud* Theodoro, a desigualdade entre brancos e negro reconhecida hoje como uma das mais perversas dimensões do tecido social do Brasil. Ainda comenta que o negro se encontra em situações desfavoráveis em relação aos brancos desde os primeiros anos do ensino fundamental, com indicadores mais elevados de repetências e evasão acabando por chegar em um menor proporção ao ensino superior. É significativo afirmar que a lei 10.639/03 garante a todos cidadãos brasileiros cursarem cada um de seus níveis de ensino em escolas devidamente instaladas e equipadas, orientadas devidamente por professores qualificados para o ensino das diferentes áreas do conhecimento, com formações para lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminação, professores sensíveis e capazes de conduzir a reeducação das relações entre diferentes grupos étnico-raciais.

A ação desenvolvida pelo MEC por via Educação Africanidade -Brasil tem como característica uma intervenção diferente, podendo ser classificada como uma ação do tipo valorativas. Seu objetivo é o de capacitar professores para o ensino de conteúdos que valorizem a presença do negro na sociedade brasileira visando uma educação menos etnocêntrica e mais inclusiva. Seu impacto pretende ser também preventivo, contribuindo para a valorização da matriz plural do povo e da sociedade brasileira, para a promoção da autoestima de estudantes negros e para a ação reflexiva e formativa dos professores em sala de aula.

Para o cumprimento das diretrizes exigidas pela lei 10.639 os governantes tem como dever promover e incentivar a criação de políticas por meio da educação que assinala iguais direitos para o pleno desenvolvimento de todos e de cada um, enquanto cidadão, garantindo a essa população o ingresso, permanência e sucesso na educação escolar ,de valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro. O sucesso das ações afirmativas adotadas pelo estado e municípios e até então o governo federal, depende da reeducação das relações entre negros e brancos, dos trabalhos em conjuntos e da articulação entre o processo educativo escolar, políticas públicas, movimentos sociais, visto que nem tudo se limita a escola.

Para reeducá-la as relações étnico-raciais, no Brasil, é necessário fazer emergir as dores e medos que tem sido gerado. É preciso entender que o sucesso de uns tem o preço da marginalização e da desigualdade imposta a outros. E desde, decidir que sociedade queremos construir, daqui para frente. Como bem salientou Frantz Fanon, os descendentes dos mercadores de escravos dos senhores de ontem, não tem hoje, de assumir culpa pelas desumanidades provocadas por seus antepassados. No entanto, tem a responsabilidade moral e política de combater o racismo, as discriminações e, juntamente com os que sendo mantidos a margem, os negros, construir relações sociais sadias, em que todos cresçam e se realizem enquanto seres humanos e cidadãos .

Durante a primeira Década de vigência da lei 10.639/03 a SEPPIR firmou parcerias de sucesso para realização de projetos e ações educacionais que possibilitaram a implementação da lei em todo o país. Sendo elas;

- PREMIO EDUCAR PARA A IGUALDADE RACIAL; realizado pela CEERT (centro de estudos das relações de trabalho e desigualdade. Em 2012 teve as categorias professor projetos escolar e gestão escolar.

- AFRICANIDADE; curso de formação, oferecido em 2012, por meio de parcerias MEC e SEPPIR secretaria de educação e órgãos de promoção da igualdade racial e profissionais de educação.
- GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA; curso de formação de professores /as nas temáticas de gêneros, relações étnicos raciais e orientações sexual ,em 2006 com parceria do MEC,SEPPIR E SPM.
- GESTÃO POLÍTICAS PÚBLICAS EM GÊNERO E RAÇAS; curso de especialização e aperfeiçoamento lançado em 2010, através de parcerias SEPPIR, MEC SPM E ONU MULHERES, oferecido a servidores e conselheiros de direitos.
- EDUCAÇÃO PARA A IGUALDADE RACIAL; Selo lançado pela SEPPIR para o reconhecimento de boas pratica, tendo sido contemplados 16 instituições em 2011, (8 unidades escolares,3 escolas quilombolas,7 secretarias municipais de educação e uma estadual.
- A COR DA CULTURA; projeto de produção e disseminação de material didático e pedagógico na perspectiva da lei 10.639, valorizando a escola pública como referência na construção de identidade coletiva e individual positiva.

Hoje a experiência brasileira de promoção da igualdade racial esta se afirmando e deve ser objeto de avaliações mais aprofundadas, cabendo destacar aqui duas características dessa trajetória recente. De um lado, a ação pública tem se expandido e vem promovendo um conjunto diversificado de ações de cunho afirmativo, valorativos, além de iniciativas inovadoras no campo de enfrentamento do racismo institucional.

No dia 7 de julho de 2013 a secretária de educação de Minas Gerais, a Lúcia Gazola, juntamente com a ministra da secretaria de políticas de promoção a igualdade racial SEPPIR, define uma agenda de compromisso para garantir a efetiva implementação da lei 10.639.O encontro era para definir a ampliação de seminários para o 2º semestre e avaliar os 10 anos de institucionalização da lei. De acordo com a gestora o seminário dará visibilidade às intenções do estado com relação à efetivação da lei possibilitando a troca de experiências e, as abordagens de boas praticam na aplicação da norma.

É de fundamental importância que se crie políticas que atenda a todos, negros e não negros para não correremos o risco de trocarmos a cultura Europeia, pelas Africanas , pois o que desejamos é ampliar o foco dos currículos escolares para diversidades cultural, racial e econômica brasileira. O plano de diretrizes recomenda que se inclua a

temática étnico-racial no projeto político pedagógico das escolas, sabendo que a escola é um espaço de formar opiniões, dinamizar conhecimento, onde deve ocorrer a integração do aluno com o novo e mudanças de atitudes para formação da identidade.

6. O PROJETO AS CORES DE REDENÇÃO

O projeto “As cores de Redenção” visava à implementação da lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História Cultura Afro-Brasileira e Africana em todo o território brasileiro. O referido projeto vai além do cumprimento da lei, ou seja, pretendia resgatar a memória de toda a população do município com relação a história do mesmo, que foi o primeiro município do Brasil a libertar os escravos.

Inicialmente começou-se trabalhar com os professores e coordenadores pedagógicos, através de uma formação e, em seguida eles trabalhariam com os alunos nas escolas, a história da cultura afro-brasileira e africana, o incentivo a produção cultural racial e a promoção de resgate aos tesouros artísticos e culturais do município.

Com esta ação, pretendia também oferecer um novo alicerce para desenvolvemos parcerias com a UNILAB nas áreas de pesquisa, ensino e extensão.

Com este projeto As Cores de Redenção foi desenvolvido com os professores algumas formações que tinha como direcionamento a valorização da cultura africana. Esse projeto foi elaborado como resposta a implantação da UNILAB, um fato histórico que mudará a história do povo de Redenção para o que há de melhor, um aplicativo a nível educacional .

O projeto As cores de Redenção tinha como objetivo desenvolver estudos que revela-se os aspectos de riqueza da cultura africana que foi pouco explorada por grupos sociais desde a formação de sua história. Enquanto formadores de opinião ,os professores precisava conhecer a historiografia que limitava a presença do negro na sociedade e assim começar a implementá-las nas escolas. Após as formação algumas atividades eram direcionadas as escolas no intuito de promover no aluno uma consciência de cor, a valorização do negro enquanto cidadão que tem os mesmos direitos garantidos na constituição brasileira. Outro fator determinante nessas formações foi estudo dos países lusófonos que seriam nossos visitantes e que construirão junto conosco a história do nosso município.

Penso que a lei 10.639/03 é bem expressiva quando determina a obrigatoriedade de se trabalhar a questão racial nas escolas e que como dever precisamos reconhecer que

o negro pagou um preço muito alto por sua liberdade, liberdade camuflada, pois liberdade sem igualdade não torna ninguém cidadão. E foi em busca dessa cidadania que os negros lutaram sem abrir a guarda, pelo reconhecimento de seus direitos. Mesmo tendo que se submeter aos seus senhores, eles jamais desistiram de seus ideais de liberdade.

Redenção o primeiro município do Brasil a libertar seus escravos no ano de 1883, vem investindo seriamente em ações pertinentes para fazer-se cumprir a lei 10.639/03. Esse projeto que busca resgatar a produção cultural dos afro-brasileiros, Africanos já rendeu ao município o selo SERPIR ,(2012).

Apesar dos frutos, sinto que algo ainda está a desejar, não temos em mão a história do município de Redenção, pois como sujeitos da história que impulsionou a outros o grito de liberdade dos escravizados, precisamos ter informações sobre a história que nos identifica como o primeiro a fazer justiça, reconhecendo o direito do outro, erradicando a escravização entre nós. Mas uma luz surge no fundo do túnel para fortalecer nossa História, esse fato brilhante que muito nos alegrou foi a instalação de uma Universidade no nosso município, pois estamos recebendo povos de outros país que unidos pela educação, vem nos permitindo construir uma nova história pautada na troca de valores culturais e no respeito as diferenças.

III A EXPERIÊNCIA VIVIDA EM SALA DE AULA

7. A ESCOLA COMO ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DE PRÁTICA E RESPEITO À IGUALDADE

O presente projeto As cores de Redenção teve em sua primeira etapa uma formação com a professora Rebeca de Alcântara. Esse foi o ponto inicial de um grande desafio, trabalhar com uma temática que não tinha fundamentação teórica, a não ser aquilo que todo mundo já conhece, a visão do negro escravizado, e isso no momento não era muito pertinente a não ser como esclarecimento para dar abertura os trabalhos em estudo.

A verdade é, que aquele negro ,o escravo coitadinho, repugnado pela cor, esta sendo hoje foco de estudo. E a proposta das formações era levantar questões que contestasse a vigente História do negro e propor um trabalho onde ele possa ser reconhecido como um ser social garantindo-lhes os direitos humanos. É dentro desta proposta que iniciamos nossos trabalhos, pensando transformar a sala de aula em um espaço de questionamentos e propondo diálogo com enfrentamento de ideias sobre a dialógica da diversidade, como dizia Fernando Pessoa: “Tenho pensamento que, se pudesse revela-los e faze-lo viver acrescentariam nova luminosidade às estrelas, nova beleza ao mundo e maior amor no coração dos homens.” A problematização da temática exige uma prática filosófica, a do pensamento, a de abrir espaço aos menos privilegiado, marcado pelo sofrimento, e transformar o país numa comunidade aberta as diferenças étnica, pois a grande opção que nos é dado nesse momento como foco de mudança é a de sabermos que o outro existe.



Figura 3: alunos fazendo demonstração de nossa diversidade, Ivonele Pessoa, 2011.

Nestes trabalhos os alunos bem representavam que somos diversos, mais podemos ser uma nação com os mesmo direitos e deveres, pois o sol nasceu para todos.

No primeiro encontro foi muito difícil, pela fragilidade de aceitação de alguns professores que se negavam a participar do momento cultural principalmente quando se falavam dos cultos religiosos africanos, é claro que esses não demonstravam explicitamente o descontentamento com o assunto, mas muitas vezes se negavam a participar dos momentos culturais. Na escola não foi tão diferente é como se o assunto não fosse tão relevante e fundamental para a construção de uma comunidade mais justa e igualitária, mas o tempo foi passando e aos poucos alguns foram vestindo a camisa, como diz Cora Carolina “ Eu sou aquela mulher que fez a escalada da montanha da vida removendo pedras e plantando flores”.

“Isso mesmo ,é hora de arregaçarmos as mangas e lutar “,por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”, (ROSA LUXEMBURGO 2011) então nós enquanto professores e formadores de opiniões, somos responsáveis por espalhar uma cultura mediada pelo enfrentamento da justiça. .Um outro elemento que dificultava os trabalhos era a ausência de fontes que permitisse aperfeiçoar meus conhecimentos, pois para se afirmar algo a alguém é fundamental que se tenha precisão e verdade do que se esta falando.

Diante da temática a ser trabalhado precisei realizar pesquisas na internet, buscar dinâmicas de mediação, como exemplo textos reflexíveis sobre a importância do negro na sociedade, e de forma bem dinâmica e discreta abordar o assunto baseando-se em vários tipos de discriminações vivenciada por alguns alunos no dia a dia ,principalmente quando se tratava de questões sociais como a pobreza, até chegar a explorar figuras com diferentes grupos de pessoas ,explorando o espaço e posições ocupadas por cada grupo fundamentando-se sempre na figura da cor. Por exemplo, esta foto as crianças dramatizam um conto africano” a bonequinha preta” de fato ela deveria ser representada por uma criança negra , mas os fatos que decorrem sobre a desvalorização do mesmo, interferem na sua formação de identidade, impedindo que esse se assumam enquanto negro e até gerando uma auto rejeição.



Figura 4: Representação de um conto africano, bonequinha preta, Larissa oliveira, 2012.

Abordar em sala de aula o assunto povos africanos como cidadãos que fazem História e que a séculos foram deixados a margem da sociedade, visto assim sempre numa posição inferior, como escravos, não foi uma tarefa muito fácil. Durante as primeiras aulas pude perceber a insatisfação de alguns alunos, como que diz isso parece uma besteira, agora vamos esquecer o homem branco, e muitas vezes faziam comentários, quase que afirmando não ser negro, e quando algum colega negro se manifestava comentando o assunto da aula eles faziam comentários maldosos deixando transparecer que negro é incapaz de pensar e compreender o assunto em pauta, e isso fazia com que esses se excluíssem de participar mais das aulas e sempre se mantendo excluídos, e com o rendimento abaixo dos demais, até então desistir de ir a escola.

Como dizia Madre Tereza de Calcutá, “Quem julga as pessoas não tempo para amá-las. A falta de amor é a maior de todas as pobreza.” Então na questão dos valores temos que ter claro que, quem está disposto a transformar nossas ações preconceituosas em virtude, de boa vizinhança, precisa tomar posições e defender o outro, tendo convicção de que a grande tarefa da educação é tornar as pessoas mais felizes e conscientes de seus atos.

Já diz Sandrini (2012), se conseguirmos criar um grupo de pessoas realmente focada em ter um projeto político-pedagógico forte, podemos ter incidência para criar uma geração diferente. O projeto As Cores de Redenção, ele foi elaborado com uma dimensão ampla do que é ser negro, já que somos um povo com referências marcadas pela escravidão, agora é tempo de manifestar nossa brilhante História de ser a primeira cidade do Brasil a libertar seus escravos. É tempo de expressar, de agir, de trabalhar nossos alunos para que eles compreendam a dimensão da História do negro ,chegado aqui no Brasil, escravizado de forma brutal ,renegados pela sociedade, como expressa Sandrini, (2012): “ Nós precisamos mudar a maneira de enxergar. As diferenças não são desigualdade. As diferenças são riqueza que a sociedade tem.”

É pertinente afirmar nesse trabalho que logo no primeiro momento, eu não acreditava no cumprimento dessa lei, pois para mim só seria mais uma, que jamais sairia do papel, mas me surpreendi, quando os alunos foram convocados a participar de uma semana cultural que ocorreria no município, na qual a escola onde trabalho, ganhou um prêmio de melhor apresentação, este pode ter sido o fato culminante para dar um certo avivamento no projeto. Quando me dei conta da grande responsabilidade, senti muito medo, pois a temática a ser discutida era diferente de tudo que havia trabalhado durante os meu tempo de educador ,mesmo assim fui passo a passo injetando questões que despertasse o interesse de ambos os alunos e dos colegas, sempre na primeira oportunidade que surgia lá estava eu defendendo, ativando, caracterizando os valores da raça negra, fazendo despertar nos nossos educandos a grande disparidades entre brancos e negros. A cada etapa do projeto era uma apreensão, o medo da rejeição, das vozes que silenciavam, mas aos poucos as praticas pedagógicas foram tomando formas ,e os trabalhos iam sendo realizados com mais êxito. Esse um quadro vivo, onde os alunos representam os negros de aluguel ou de ganho, trabalho muito utilizados pelos proprietários para ganhar dinheiro. Como podemos observar, trabalhando nas ruas, eles não podiam usar chinelos, uma maneira de impor sua condição de escravo.



Figura 5: Representação dos escravos de ganho ou aluguel, Ivonele Pessoa, 2012.

Durante o processo de desenvolvimento do projeto as cores de Redenção, a temática diversidade cultural vem permitindo que cada um se reconheça nessa diversidade e se permita por excelência o respeito entre si, buscando em sua História sua identidade Nacional. O dia da consciência negra, em que se homenageia Zumbi dos Palmares, foi instituída juntos a lei 10.639/03 pela sua luta pela liberdade de seus irmãos negros, é o dia em que se desenvolve os trabalhos com mais perfeição, onde eles expressam suas ideias através de danças ,paródias, teatro, cordel cartazes e etc. Entre a diversidade de trabalho pautado na valorização do negro, deixo aqui uma paródia:

África, cultura e educação

Música: Luiz Gonzaga

Quando estamos todos juntos

De mãos dadas em união

Lembro sempre da nossa escola

Apresentando as cores de Redenção

Esse é um projeto novo

Que busca divulgação

Da igualdades entre os povos

Eliminando a discriminação

Por isso caros amigos

Preste muita atenção

Respeite a diversidade

Pois somos todos uma nação
Não podemos esquecer
Da história de Redenção
Que um dia escravizou
Mas deu o grito de libertação
A chegada da UNILAB
No Município de Redenção
Trouxe asiáticos e africanos
Para construir educação
Hoje é um dia festivo
De muita animação
Respeite a lei da igualdade
E valorize os cidadãos.

Larissa oliveira (2012)²

Hoje a cada dia que passa temos ciência da importância da lei 10.639/03, criada pelo o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que garante igualdade de direitos para todas as raças que no recorte de sua História foram deixados a margem da sociedade. É significativo afirmar que até o ano de 2012, o município vem ampliando sua prática em relação a cultura racial, o projeto idealizado em 2009 já garantiu ao município o selo SEPIR (secretaria especial de políticas de promoção da igualdade racial) pelas ações realizadas pela secretaria de educação do município. Acredito na educação, na sua capacidade de enfrentar desafios, de formar cidadãos críticos, mas para isso acontecer nós educadores necessitamos buscar subsídios, se instrumentar, ter um olhar atento na realidade, e celebrar junto aos nossos alunos as lutas vencidas e os ideais que desejamos alcançar para transformação de um mundo mais justo para todos independente de raças e de cor.

A memória e as ações diárias são fundamentais para uma maior interação dos seres humanos, e essa memória deve ser trabalhada desde a infância, para que haja uma boa aceitação do outro. Aqui nossas crianças fazem uma demonstração de capoeira, dança realizada pelos escravos em seus momentos festivos, como prática de lutas para se defender dos capatazes que os oprimiam. Ao mesmo tempo eles apresentam um cartaz, se referindo a lei 10.639/03, uma semente lançada ao solo brasileiro, como sinal que devemos crescer juntos ,respeitando as diferenças.

² Aluna da Escola Antônio Barbosa



Figura 6: Capoeira, dança dos escravos, Cartaz, representação da lei, uma semente lançada ao solo brasileiro. Larissa oliveira, 2012.

Entre um trabalho e outro, o foco da lei 10.639/03 vai buscando a igualdade entre as etnias. Neste ano de 2013, os profissionais da secretaria de ensino não nos propôs nenhuma atividade baseada na diversidade cultural, mas eu continuo mantendo a chama do projeto aceso realizando trabalhos, e discutindo preconceito e discriminação racial.



Figura 7: O negro, presença marcante no Brasil, Ivonele Pessoa, 2012.

Visto que o Brasil é um país de cores, que recebeu cerca de quarenta por cento dos quase dez milhões de africanos que foram transportados para as Américas no período compreendido entre o século XVI E XIX ,podemos compreender nossa relação

com o continente africano. Essa presença africana, salienta Roberto Benjamin(2004), mostra-se de maneira concreta quando nos deliciamos nas viagens pelo país, com maravilhosos pratos da cultura africana (PEREIRA,2010).

O mais crítico disso tudo é perceber que o sistema educacional brasileiro trabalha com o paradigma, de que o normal é ser branco, adulto ocidental e cristão, e a verdade é que quando nossas crianças caminham pelos corredores da escola enxergam um mundo diverso, então o normal seria trabalharmos as pessoas como iguais na diferença. A lei 10.639/03 vem dentro desse parâmetro, de tornar iguais as diferenças. Redenção, um município que manteve a escravidão em sua pele, abraçou as diretrizes da lei, dando início os trabalhos em 2009 e ampliando seu discurso e prática até os dias atuais. No início de adesão do projeto esse recebeu o nome de As cores de Redenção, vindo em 2013 com uma nova roupagem sendo batizado de Rosal da liberdade, primeiro nome recebido pelo município após libertar seus escravos.



Figura 8: Dança. Ivonele Pessoa, 2012.

A exemplo de tudo que já vimos aqui escrito sobre a cultura africana, não podemos esquecer que essa poderia ser multiplicada, revelando a cada passo, o fato de a diversidade dos grupos humanos se impor como uma realidade, por isso mesmo, como uma realidade a ser conhecida. A presença das culturas africanas em nossa vida social não poderia deixar de se expressar também na dança, expressões

que na sua complexidade de valores se misturou as formas de balanço brasileiro, ajudando a configurar o carnaval no Brasil, (PEREIRA,2010). E, como povo brasileiro que somos, não estamos isentos desta alegria cultural que é a dança, uma expressão onde o corpo interage com as ideias, e onde cada um se comunica consigo mesmo sem se submeter-se a nenhuma hierarquia.

Assim como em África, Redenção celebra suas festa com musica dança, principalmente em a suas divindades, entre elas esta a tradicional festa em homenagem a padroeira da cidade, nossa senhora da conceição realizada no dia 08 de dezembro e santa Rita no mês de setembro, além das festas juninas, dia do município,28 de dezembro , dia da consciência negra e abolição da escravatura em Redenção. A inserção de temas referentes a cultura africanas e afro-brasileira devem esta presentes em nossos currículos permitindo maior compreensão de seus modos de funcionamentos ,já diz Camarões (AGUESSY,1977)

“A criança nasce isenta de todo o vício. No entanto, a sua inocência desaparece à medida que cresce aprende de tudo. Depois de tomado consciência de si própria, descobre o mundo que a rodeia e que age sobre ela .Os seus familiares mais velhos, que possuem uma maior experiência da vida, tem obrigação de a educar e instruir para que ela possa evitar o mal e procurar o bem.”

Sabemos que é muito difícil a inserção do negro na sociedade, mas a escola pode ser muito favorável e deve ser o ponto de referência para o estabelecimento do diálogo, um fator indiscutível na construção do conhecimento. Com o Projeto Rosal da Liberdade em Redenção, pretende-se celebrar a plenitude da igualdade e da inclusão como direito de todos.



Figura 9: Representação de nossos heróis negros, Larissa oliveira, 2012.

Como todos sabemos a liberdade dos negros não foi um acaso, ela é símbolo de muita luta e sempre com grandes líderes, assim como na África do sul, Mandela foi um guerreiro na defesa do negro, que sofria discriminação e separação entre brancos e negros, Martin Luther king nos Estados Unidos que em seus discursos sonhava com a junção do branco com o negro e Mahatma Gandhi na Índia, era defensor da não violência, entre outros, Machado de Assis que pela cultura das letras ganhou fama e como descendente de escravo, ganha destaque na sociedade brasileira. Considero por assim dizer os negros os heróis da resistência, pois sua luta por igualdade não terminou com a abolição da escravatura, esses, porém jamais desistiram e, em sua persistência comemoram hoje, o direito de ser negros livres e com autonomia de decidir que caminho seguir. É como salienta Paulo Freire, “A alegria não chega no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca.

O projeto As Cores de Redenção, tinha como meta afirmar que a educação é uma esfera de transformação, onde o conhecimento é compartilhado e os resultados dos esforços é resultante de um trabalho em grupo. E como forma de interagirmos o resultado dos trabalhos com o projeto, realizei uma entrevista com alguns coordenadores de escolas, no sentido de apontar como se dava o desenvolvimento dos trabalhos.

RELATO: PROJETO AS CORES DE REDENÇÃO

Atendendo a resolução da Lei 10639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura da África e dos Africanos, bem como, a Educação das Relações Étnica – Racial no currículo escolar básico das escolas públicas e privadas brasileiras, a Secretaria da Educação do Município de Redenção através do seu Departamento de Ensino implantou em março de 2009 o *Projeto as Cores de Redenção* com o objetivo de fortalecer a proposta de implantação da UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro – Brasileira em Redenção. A ação inicial foi à formação continuada para os professores de História e os coordenadores Pedagógicos da Rede Básica de Ensino.

A ação proporcionou aos professores um novo olhar para o contexto histórico alicerçado na memória de Redenção ter sido o primeiro município brasileiro a libertar seus escravizados e foi fortalecido no entendimento do processo histórico de luta e resistência negra antes, durante, após a libertação até os dias atuais. Destaca-se também no ano de 2010 o Concurso Municipal de Desenho, Cartaz, Redação e Apresentação Cultural e o I Seminário “Consciência Negra, Desafios e Conquistas de Redenção na Perspectiva da UNILAB”.

No ano de 2010, as ações foram prosseguidas com foco na comunidade educativa, mas com a pretensão de ultrapassar os muros das escolas e desta forma alcançar a comunidade local. Em cada escola municipal realizou – se ao longo do primeiro semestre de forma exitosa uma palestra para os estudantes e pais com a abordagem de diversos temas e dentre eles a Lei 10639/2003, a Etnia Brasileira, Homens e Mulheres negros e as relações étnico – raciais. No dia da consciência negra (20 de novembro) ocorreu em cada escola municipal uma belíssima exposição de telas produzidas pelos estudantes. Esta ação teve como objetivo principal a socialização das experiências vivenciadas pelas comunidades no processo de execução do projeto e culminou com a realização do II Seminário “Consciência Negra, Desafios e Conquistas de Redenção com a Implantação da UNILAB”.

O Projeto As Cores de Redenção abriu horizontes, acalorou debates e possibilitou reflexões com mudanças de posturas pelos envolvidos dentro do contexto social e histórico.

Os trabalhos desenvolvidos pela prefeitura de Redenção em parceria com a UNILAB deu a Redenção o Selo de Educação para Igualdade Racial este selo

representa para o município o reconhecimento de todas as ações desenvolvidas através do Projeto As Cores de Redenção, no período de 2009-2010, no qual estiveram envolvidos escolas, professores e alunos da Rede Municipal de Ensino, além da UNILAB. Os principais objetivos do Selo são divulgar o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e destacar as boas experiências colocadas em ação e difundir a aplicação dessas práticas.

Na E.M.E.I.E.F. Neide Tinôco o projeto teve como objetivo despertar no aluno a capacidade para posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais e repudiar toda espécie de discriminação e injustiça. Fazendo uma reflexão sobre a sua prática e contribuição, na formação de um ser humano participativo, reflexivo e consciente do que é ser cidadão.

Antonia Edilma Farias da Silva (Coordenadora Pedagógica)

RELATO: AS CORES DE REDENÇÃO

O projeto as “cores de Redenção” idealizado e realizado pela SME (Secretaria Municipal de Educação) foi criado com o objetivo de trazer a população Redencionista o resgate a memória viva da libertação dos escravos. Posso por assim dizer, por que Redenção possui em sua origem uma história de estilo que se diferencia dos demais municípios brasileiro, este estilo muito antigo esta dentro do contexto da escravidão.

O trabalho com esse projeto, na pratica representou um momento de reflexão para a construção de valores que integram a pessoa humana, a pessoa do negro que leva na alma, um sentimento profundo de exclusão, que na compreensão do homem branco, o ser negro seria sim, sinal de exploração, e comercio. Redenção viveu este momento desestabilizador, um sistema rentável que mantinha não só a estes muito lucros, mais a todo o Brasil

Penso essa ação do município, como uma política educacional de inclusão, onde o negro é peça chave e atuantes nos diversos contextos histórico da sociedade brasileira. Pois a lei 10.369/03 garante a todos a igualdade, a única forma de recuperar a humanidade, o que condiz com o artigo da constituição brasileira que preconiza em dizer que todos somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Acredito, portanto que esse é um desafio da educação, com a participação de todos os demais

servidores, cristalizar um sentimento de respeito ao outro sem fazer distinção de cores.

O projeto abordado aqui, esta sendo trabalhado desde o ano de 2009, quando ficou evidente que nós Redencionista iriamos receber de presente uma universidade que tinha como abordagem a cultura afro- brasileira, e por assim, com a exigência da lei, este assunto tornou-se obrigatório no ensino de história. Para dar inicio os trabalhos, a secretaria propôs formações para os professores de história e coordenadores pedagógicos, mas, foi durante minha pratica na escola que sentir o impacto do assunto, os alunos demonstravam curiosidades, e a cada dia se tornavam mais empolgados em saber mais sobre a cultura africana. As atividades eram diversos seminários, panfletos, pesquisas, danças, teatro etc.

Foram varias as formações, oferecida aos professores cada uma lançadas com objetivo de promover um novo olhar sobre a história dos africanos, uma referencia no Brasil. É importante sabermos que a lei não é suficiente para que alcancemos resultados eficaz relacionados aquilo que esperamos, e nós enquanto educadores necessitamos compreender que todo aprendizado é uma tentativa de romper com antigos paradigma, o que significa pensarmos a realidade como algo complexo, e que se faz necessário as mudanças vivida por cada um de nós.

Maria Iraídes Alves Castelo (professora e
coordenadora de projeto)

8. O CURSO DE FORMAÇÃO NA UNILAB

No ano de 2012 a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira (UNILAB), junto à secretaria de educação do município de Redenção, idealizou e concretizou o sonho de poder contribuir para que parte dos educadores do município tivesse a oportunidade de ingressar no curso de formação ministrado pela primeira Universidade recém chegado no município.

A tarefa de construir sujeitos no mundo e sujeitos do mundo, não é atividade reservada a cada um individuo, mas refere-se ao modo de ser, pensar e agir no mundo, a partir da vivência coletiva, para construir uma sociedade mais justa, solidária e que contemple as nossas diferenças. (revista mundo jovem,2010). Este foi o foco do curso

na UNILAB. Sendo Redenção a primeira cidade do Brasil a libertar seus escravizados, essa precisava dimensionar esse fato histórico para que a sociedade tomasse conhecimento desse feito e passasse a valorizar suas virtudes enquanto povo que então na história, talvez a mais perversa da história da humanidade, mas para nós o que era sofrimento tornou-se um ato de bravura, Redenção transformou a escravidão num projeto pessoal e deu grito de liberdade tornando-se assim símbolo do respeito entre as pessoas.

Diante deste acontecimento, da presença da escravidão e a chegada da UNILAB no nosso município, idealizou-se o curso de especialização em Histórias e culturas Afro-Brasileira Indígenas e Africanas. A formação buscavam outros ideais, fazer-se cumprir a lei 10.639/03, criada com o intuito de desenvolver em cada ser, diferentes potencialidades e diferentes pensamentos, de modo que cada um trate a igualdade a partir das diferenças, pressupondo o diálogo entre as nações e criando uma vida mais digna, feita através da liberdade considerando os direitos de todos.

Dentro da concepção, a educação é a resposta para superação dos males que afligem a sociedade, o curso me fez refletir sobre a organização da escola, que a meu ver anda muito ruim das pernas, pois vivemos num país, onde o saber anda fragmentado dificultando uma compreensão da realidade. Para muitos o processo do conhecimento não mais perpassa a chegada ao sonho tão idealizado, pois vivemos num país onde o ter abstruí o ser, permitindo que nossos alunos se leve pelo devaneio das facilidades mediada pela competição e negação de si mesmo.

O curso trabalhou exatamente as questões sociais, relacionado à organização social, vinculando a história da escravidão vivida no Brasil ao longo do tempo, onde se estabeleceram uma teia de relacionamento com o outro, partindo da ideia de que o branco seria a idealização para a formação de sociedade disposta ao desenvolvimento. Mediante vários estudos foi-se tendo uma compreensão do todo, a negação do outro enquanto ser social que transformou-se na marginalização de alguns grupos sociais, que durante o processo de nossa história foram deixados margem, excluídos das políticas educacionais, processo esse que vem limitando uma maior integração entre os povos.

A UNILAB traz em si, saberes que precisam abranger várias áreas do conhecimento. O respeito a diversidade humana é o que conceitua sua história no nosso município, e fazer parte de sua educação, significa romper com os velhos paradigma, tentando solidificar a história e tentar formar uma sociedade capaz de identificar a inter-relação entre as nações.

Quando pensado o curso, o município de Redenção já vinha desenvolvendo um trabalho voltado para o respeito às diferenças, já que com a chegada da UNILAB receberíamos diferentes grupos sociais em nosso município, a base desse projeto era observar a diversidade em nossa cidade, e resgatar a nossa história. Mas para que isso aconteça é preciso que tenhamos consciência que lei só não suficiente para obtermos um resultado eficaz é preciso mudar o ensino, valorizar e incluir todos numa cultura universal, permitindo o respeito a história de cada um, não admitindo nunca distorções, diferenças ou dominação. Como diz MUNANGA, “Agente não luta para ser tolerada e sim para viver em igualdade.” E para que isso aconteça se faz necessário proporcionar momento de debates sobre o papel de cada um no processo de construção da cidadania.

No I Seminário Internacional, Arte, Ciência e Diversidade, realizado na Unilab, o professor Kabengele Munanga realizou uma conferência em que indaga: Porque não sancionar o direito para que todos tenham os mesmos direitos a competir os espaços? Dentro desse contexto, vale ressaltar o papel do sistema educacional do nosso país que por vez tem a obrigação de fazer valer os direitos de cada um, o que implica no reconhecimento da existência de uma sociedade plural e diferenciada e a necessidade de se agir respeitosamente para haja respeitos e não, provoque conflitos entre ambas as partes.

Como diz Paulo Freire, “Educar para liberdade, é um legado deixado para cada um de nós.” Precisamos nos conscientizar que fomos mal educados, e necessitamos buscar o reconhecimento e se abrir para o mundo, aceitando a realidade, as mudança, se fazer parte delas, afinal para se viver em cidadania é preciso promover a igualdade entre as pessoas, respeitando suas competências, direitos e deveres.

O curso foi para mim um despertar no sentido de conhecer o desconhecido, o continente Africano e a organização do modo de vida destes povos. Nos estudos dos textos, lidos e debatidos e com a disciplina, o mundo que os europeus encontraram, percebi logo em primeira instancia que os africanos como quaisquer outros, eram gente da gente com valores culturais, que eram repassados aos seus de geração em geração. Assim no decorrer do curso foi fácil perceber que não existe cultura boa ou ruim, superior ou inferior, todas tem a sua peculiaridade, que formalizam a história de cada nação.

Durante os estudos, houve muita conversação, principalmente quando se tratava de questões religiosas, saberes que de certa forma aprendemos de maneira errada sobre a cultura Africana. Mas foi também nesses debates que aprendi que a história da imagem

do negro abre um leque de possibilidades a serem discutidas, começando pela história da escravidão e culminando com o espírito de lutas vivida por cada um num mundo desconhecido. Tendo como referência essa luta, cito aqui uma disciplina, o pan-africanismo, o renascimento Negro e a Negritude, nela aprendi sobre a luta do negro para ocupar seu espaço na sociedade, não só para ser reconhecido como negro, mas para ser respeitado enquanto pessoa social.

E foi assim, cada disciplina uma ideia, um conflito sobre as relações étnicas raciais, sobre O movimento dos negros e a vinda dos negros para o Brasil para trabalharem como escravos. Esse fato de o Brasil ter se tornado um dos maiores exportadores de negros , mim remete de que somos um povo miscigenado, negar a possibilidade de troca de saberes seria um ato de desrespeito a nós e o outro.

Todos os dias, os meios de comunicação de massa nos permitem conhecer uma dura realidade que atinge milhões de pessoas que sofrem com a indiferença, levando as esses a criarem um novo conceito de vida, baseado no dizer , agora é cada um por si, e esquecem que enfraquece a luta pelos direitos.

Educar para construir relações sociais, integrar o ser humano ao mundo de forma que eles respeitem o outro é uma tarefa complexa, que cabe o desprendimento de alguns valores, e o respeito à cultura de outros. E é acreditando na construção desses saberes, que tento aperfeiçoar meus conhecimentos. E o curso para mim foi uma referência que vem possibilitando momentos de reflexão sobre o respeito a diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da realização deste trabalho, percebi a invisível história do povo Africanos, vividos no Brasil como escravos, e que mesmo com a libertação continuaram sendo oprimidos pela ausência de direitos que lhes garantissem uma vida com dignidade. Neste também percebi uma forte organização do povo negro frente as repressões dos senhores que sempre os conduzira no caminho do sofrimento. Apesar de ser um país com uma história de escravidão, temos que reconhecer que já houve no Brasil grandes avanços, no que diz respeito a criação de políticas sociais ,já que a constituição de 1988 é de uma política universal, para todas as pessoas.

Sabemos que as políticas sociais nascem de uma história cultural e ideológica, marcada por um fortíssimo preconceito contrário a grupos humanos marcados pela pobreza, e no caso do Brasil, a cor da pele é símbolo de discriminação. No entanto sabe-se que o Brasil tem uma história muito rica de lutas, desde as lutas abolicionistas às mais recentes mobilização para democratizar os direitos humanos. Mesmo assim podemos perceber que nosso país esta longe de alcançar um padrão de respeito a outros grupos, de forma a construir uma sociedade livre, no campo de expressar seus ideais de igualdade e reivindicar valores que primam pela condição de cidadão, longe da marginalização contraída pelos discursos fragmentados de nossos governantes, que sempre da vez e voz a grupos superiores que foram agraciados pela sorte e que promovem impasses as lutas que envolvem categorias marcadas pela discriminação e que se apresenta abaixo do padrão estabelecido pela sociedade para ser considerados cidadãos brasileiros.

A história invisível dos povos escravizados nos vários país do mundo, vem desde muito tempo tomando outros rumos, o da superação as diferenças. No caso do Brasil esse legado de principio de igualdade vem ganhando força com a criação da lei 10.639/03, que vem propondo questionamentos em torno de uma luta específica, o respeito a diversidade étnica no Brasil. Essa lei vem criando novas possibilidades, abrindo novos horizontes no combate a discriminação racial, e a inserção do negro na sociedade, no âmbito escolar ,na oportunidades de empregos, no sistema de saúde e nos demais direitos garantidos pelas leis que regem o nosso país.

O trabalho com o projeto “As cores de Redenção” no município, tem rendidos grandes avanços, na mobilidade de se fazer conhecer a lei 10.639/03, em vigor desde os anos de 2003,tendo esta tomados força em Redenção no de 2009. As escolas tem se mantido alerta as diversas formas de discriminação, e num contexto amplo das ações já

podemos observar a reação de alguns alunos diante de alguns gestos de desrespeitos as diferenças. Percebemos também, uma maior abertura de nossas crianças, em relação a temática, respeito a diversidade.

A realização deste trabalho, levou-me a refletir sobre os problemas sociais vivenciado pela nossa população brasileira, principalmente sobre a história dos negros, já que é grande maioria em nosso país, o que explica o coeficiente de pobreza .Durante minhas leituras, pude perceber um quadro específico de garantias a um pequeno grupos sociais, quando a maior parte desta sociedade vive desprivilegiada das políticas públicas ou supostamente excluídos da estrutura política do nosso país.

Partindo da ideia de que é preciso tomar consciência dessa realidade discriminatória de nosso povo negro, e o cumprimento da lei 10.639/03, pode representar um desafio para a solução dessa problemática, de maneira a amenizar a diferença entre os grupos que estruturam o nosso país. Acredito na educação que constrói que transforma indivíduos, que mobiliza pessoas, que oferece aos jovens e adultos a possibilidade de questionar e desconstruir mitos de superioridade e inferioridade interiorizada a este pela cultura racista de grupos humanos. Mas não podemos esquecer de que a nossa primeira atitude de combate a discriminação, é o nosso despojamento de sermos preconceituosos e racistas.

É fundamental lembrarmos que a atual política educacional brasileira em suas metas de inclusão, proporciona uma educação que favoreça a criação de valores, fortalecendo a ideia de que precisamos superar um modelo de história que pra muitos grupos sociais foi um inteiro desgaste de vida. Do ponto de vista histórico o negro foi o que mais sofreu o impacto desse modelo de sociedade que oprime o ser, e centraliza conhecimento a um grupo de pessoas, dando ambos os poderes de escravizar e acumular grandes riquezas, que até hoje vem gerando grande desigualdade social.

Assim fica evidente que a educação precisa ser veículo de transformação social, de modo que cada um compreenda que a participação na formação da sociedade é responsabilidade de todos e possibilita as mudanças que assim desejamos para o nosso País.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, A. E. M.; FERREIRA SOBRINHO, J. H.; MOURA, M. R.. **Descobrimo e Construindo Redenção**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2011. 156 p.
- BEZERRA, R. F.; MONTENEGRO, S. Educar para a cidadania. **Mundo Jovem**, Porto Alegre, v. 47, n. 395, p.15-15, abr. 2004.
- BRAGA, A. P. F., **A Educação da Cidade de Redenção e o Trabalho pela Igualdade Racial no Currículo das Escolas de 9º ano da Rede Municipal**. 2011. 181 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Maestría En Ciencias de La Educación, Departamento de Facultad de EducaciÓn y Humanidades, Universidad San Lorenzo, San Lorenzo, 2011.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Distrito Federal: Ministério da Educação, 2004.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Adolescentes e jovens para a educação entre pares: gêneros**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.
- CARDOSO, M. Inclusão ou exclusão?: Sobre o que estamos falando?. **Mundo Jovem**, Porto Alegre, v. 51, n. 433, p.18-18, fev. 2013.
- COSTA, H.; SILVA, P. V. da. (Org.). **Notas de história e cultura afro-brasileira**. Paraná: Uepg. Paraná, 2011
- COSTA, H.; PINHEL, A.; SILVEIRA, M. S. da (Org.). **Uma década de políticas afirmativas: panorama, argumentos e resultados**. Paraná: Uepg. Paraná, 2012.
- CONTINS, M.; SANT'ANA, L. C. O MOVIMENTO NEGRO E A QUESTÃO DA AÇÃO AFIRMATIVA. **Estudos Feministas**, [s. L.], v. 4, n. 1, p.209-220, maio 1996
- LOPES, V.. Culturas Africanas, exemplo de diversidade. **Mundo Jovem**, Porto Alegre, v. 51, n. 436, p.19-19, maio 2013.
- FÁVERO, A.. Maria. Educação para o pensar. **Mundo Jovem**, Porto Alegre, v. 49, n. 414, p.14-14, mar. 2011. Mensal.
- FERREIRA SOBRINHO, J. H.. **Abolição no Ceará: Um novo olhar**. Fortaleza: Imeph, 2009. 72 p.
- GUIMARÃES, A. Sérgio A.. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ASCENSÃO DOS NEGROS NO BRASIL: argumentando pela ação afirmativa. **Afro-Ásia**, [s. L.], v. 18, , p.235-261, 1996.
- HAERTE, L.; SANTOS, R. de C. G. dos. Afirmação da identidade cultural negra. **Mundo Jovem**, Porto Alegre, v. 43, n. 361, p.19-19, out. 2005
- HOLANDA, C. R. (Org.). **Negros no Ceará: História, memória e etnicidade**. Fortaleza: Imopec, 2009. 240 p.
- MOEHLECKE, S.. AÇÃO AFIRMATIVA: HISTÓRIA E DEBATES NO BRASIL. **Cadernos de Pesquisa**, [s. L.], v. 0, n. 117, p.197-217, nov. 2002.
- MUNANGA, K.. Apresentação. In: LINHARES, Juliana. **Projeto Rosal da Liberdade**. Redenção: IPDH, 2013. p. 15-20.

- MUNANGA, K. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. **Estudos Avançados**, [s. L.], v. 50, n. 18, p.51-56,. 2004.
- MUNANGA, K.. POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA EM BENEFÍCIO DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL: UM PONTO DE VISTA EM DEFESA DE COTAS*. **Sociedade e Cultura**, [s. L.], v. 4, n. 2, p.31-43, dez. 2001.
- PEREIRA, J. G. Cultura Africana e afro-brasileira. **Mundo Jovem**, Porto Alegre, v. 48, n. 411, p.17-17, out. 2007.
- RODRIGUES NETO, I. Primeiro Centenário da Abolição (II): Redenção foi o marco do movimento libertador. **Diário do Nordeste: Grande Fortaleza**. Fortaleza, p. 1-2. 27 jan. 1988.
- SANTOS, M. Al. P. dos. Descobrimo as Raízes Afreicanas. **Mundo Jovem**, Porto Alegre, v. 49, n. 420, p.18-18, set. 2011.
- SOUSA, R. A. de. Formação e estrutura do estado brasileiro. **Mundo Jovem**, Porto Alegre, v. 49, n. 422, p.16-16, nov. 2011
- SOUSA, R. A. de. Exclusão Social só olhar para o lado. **Mundo Jovem**, Porto Alegre, v. 44, n. 371, p.5-5, out. 2006.
- SOUSA, R. A. de. O direito humano de viver. **Mundo Jovem**, Porto Alegre, v. 46, n. 390, p.9-9, set. 2008.
- THEODORO, M. *et al* (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008. 176 p.